

Sumário

Número de notícias: 49 | Número de veículos: 34

CORREIO BRAZILIENSE - DF - DIREITO E JUSTIÇA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Sigilo fiscal - uma nova perspectiva para os processos nas instâncias controladora, administrativa e judicial - VISÃO DO DIREITO	5
--	---

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - CIDADES
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Premiação em dobro	7
--------------------------	---

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Corretores de emendas	9
-----------------------------	---

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Câmara derruba taxaço sobre herança de previdência	11
--	----

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Deputados alteram "taxação das blusinhas"	12
---	----

CORREIO DA BAHIA - SALVADOR - BA - MAIS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Dupla é presa após sonegar R\$ 35 mi	13
--	----

FOLHA DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Camara encerra regulação da Reforma	15
---	----

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

BPC deve ter cruzamento mensal de dados	16
---	----

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

Possível prorrogação da DRU pode dar "carona" para novas medidas de ajuste	18
--	----

EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - POLITICA
SEGURIDADE SOCIAL

Como saber se seu cadastro está regular	20
---	----

EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - POLITICA
SEGURIDADE SOCIAL

BPC deve ter biometria facial e prova de vida em novas regras	21
---	----

EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - POLITICA
SEGURIDADE SOCIAL

Um milhão de CPFs irregulares	23
-------------------------------------	----

EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - GANHE MAIS
SEGURIDADE SOCIAL

Último dia para agendar o recenseamento obrigatório - SERVIDOR	24
--	----

GAZETA DE ALAGOAS - AL - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Câmara rejeita incluir imposto sobre grandes fortunas na reforma tributária	25
---	----

Quinta-Feira, 31 de Outubro de 2024

AGÊNCIA BRASIL - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL

Caixa conclui pagamento da parcela de outubro do Bolsa Família..... 26

G1 - NACIONAL - G1 PRINCIPAL
SEGURIDADE SOCIAL

Senado aprova projeto que libera aposentado com incapacidade permanente de perícias
frequentes..... 28

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Valorizando os servidores - DO ALTO DA TORRE..... 29

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Câmara rejeita taxar grandes fortunas..... 31

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Haddad: Governo vai se dedicar à reforma do IR em 2025..... 33

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Deputados rejeitam imposto sobre grandes fortunas..... 34

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Mudança de última hora..... 35

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Câmara rejeita tributar grandes fortunas..... 36

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária pode levar a aumento histórico nas tarifas de água e esgoto..... 38

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária pode levar a aumento histórico nas tarifas de água e esgoto..... 39

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Câmara rejeita criação do Imposto sobre Grandes Fortunas..... 40

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - RADAR
REFORMA TRIBUTÁRIA

Câmara rejeita taxaço de grandes fortunas..... 41

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE
REFORMA TRIBUTÁRIA

O que levou a Câmara a rejeitar proposta de taxar grandes fortunas (Impostos)..... 42

G1 - NACIONAL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Câmara tira da reforma tributária taxaço sobre previdência privada em herança; entenda
..... 45

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Estudo da CNC mostra tamanho do prejuízo provocado pela dívida pública no PIB do país
..... 46

ZERO HORA - PORTO ALEGRE - RS - ACERTO DE CONTAS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Herança sem brigas e com gasto menor 48

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
ECONOMIA

Haddad confirma envio de PEC sobre corte de gastos 49

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Dólar e inflação pressionam e equipe econômica tenta destravar cortes 51

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Governo ensaia elevar fatia privada em concessões 52

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

O acordo sobre o ajuste fiscal - MÍRIAM LEITÃO 53

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Emprego com carteira assinada cresce mais do que o esperado 54

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
ECONOMIA

Com consumo estagnado, PIB da zona do euro cresce 0,4% no 3o trimestre 56

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
ECONOMIA

Economia dos EUA mantém vigor no 3º tri com expansão de 2,8% 57

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

Fragilidade fiscal abre espaço para a disparada do dólar (Editorial) 59

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Diversificação e o investidor: entre a poupança e as bets - PALAVRA DO GESTOR 61

ZERO HORA - PORTO ALEGRE - RS - NOTÍCIAS
ECONOMIA

Ajuste fiscal para amenizar cobrança do mercado - CONEXÃO BRASÍLIA 63

ZERO HORA - PORTO ALEGRE - RS - NOTÍCIAS
ECONOMIA

Plano prevê duplicar a taxa anual de crescimento do PIB 64

ZERO HORA - PORTO ALEGRE - RS - NOTÍCIAS
ECONOMIA

Dólar não para de subir, por quê? - ACERTO DE CONTAS 66

ZERO HORA - PORTO ALEGRE - RS - OPINIÃO
ECONOMIA

Caminhos para o desenvolvimento (Editorial) 68

ZERO HORA - PORTO ALEGRE - RS - ACERTO DE CONTAS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Leia antes de assinar o financiamento imobiliário 69

ZERO HORA - PORTO ALEGRE - RS - ACERTO DE CONTAS
ECONOMIA

Hora de aprender a investir 71

Quinta-Feira, 31 de Outubro de 2024

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA
ECONOMIA

"Só se o governo me demitir abono muda" 73

CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - POLÍTICA
ECONOMIA

IGP-M registra maior acumulado desde 2022 75

HOJE EM DIA - BELO HORIZONTE - MG - PRIMEIRO PLANO
ECONOMIA

Selic a 11,25% ao ano deve atrair mais investidor para renda fixa, avalia especialista do Sicoob
..... 76

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SAQUE ANIVERSÁRIO

Nova Política Industrial vai receber R\$ 63 bilhões da Caixa 77

Sigilo fiscal - uma nova perspectiva para os processos nas instâncias controladora, administrativa e judicial - VISÃO DO DIREITO

Jorge Ulisses Jacoby Fernandes

Jorge Ulisses Jacoby Fernandes - Advogado, mestre em direito público, professor de direito administrativo, escritor, consultor, conferencista e palestrante

Tema de especial interesse é a possibilidade de negar-se acesso a informações protegidas pelo sigilo fiscal, com amparo no direito à privacidade. A questão do sigilo imposto aos dados fiscais deve considerar, inclusive, as informações protegidas por sigilo obtidas pela administração tributária e quando o interesse público deve afastar o sigilo.

A Constituição Federal sustenta a controvérsia, já que tratou sobre o sigilo de dados, mas não especificamente sobre o sigilo fiscal (ou bancário) em seu texto, o que deu margem a interpretações conflitantes.

O Código Tributário Nacional, por sua vez, no artigo 198, incorporado pela Lei Complementar nº 104, de 10 de janeiro de 2001, estabelece que o sigilo fiscal está delimitado pela vedação à divulgação de informações obtidas em razão do ofício, por parte da Fazenda Pública ou de seus servidores, sobre a situação econômica ou financeira do sujeito passivo ou de terceiros, e sobre a natureza e o estado de seus negócios ou atividades.

Interessa notar, contudo, que o § 1º do dispositivo excetua da obrigatoriedade do sigilo, além dos casos previstos no art. 199, a requisição de autoridade judiciária no interesse da Justiça e as solicitações de autoridade administrativa no interesse da Administração Pública, desde que seja comprovada a instauração regular de processo administrativo, no órgão ou na entidade respectiva, com o objetivo de investigar o sujeito passivo a que se refere a informação, por prática de infração administrativa.

Ainda, de acordo com o § 2º, o intercâmbio de informações sigilosas, no âmbito da Administração Pública, será realizado mediante processo

regularmente instaurado, e a entrega será feita pessoalmente à autoridade solicitante, mediante recibo, que formalize a transferência e assegure a preservação do sigilo.

Uma vez que as atividades dos Tribunais de Contas são materializadas por meio de processo regular tendente a apurar possíveis irregularidades administrativas, abre-se a possibilidade de requerimento, por parte da autoridade relatora do processo de contas e sem prévia autorização judicial, para que o Fisco proceda à transferência de informações abrigadas por sigilo fiscal, desde que observados os demais requisitos do § 2º.

Ressalte-se que, de acordo com a literalidade do dispositivo, não se trata de quebra do sigilo fiscal ou da divulgação destes para o público, mas sim do intercâmbio de informações sigilosas do contribuinte, pessoa física ou jurídica, entre órgãos administrativos e no âmbito de processo previamente instaurado, sendo que a obrigatoriedade de resguardo permanece, devendo os autos correrem em caráter sigiloso.

Atualmente, a jurisprudência do STF evoluiu para permitir o compartilhamento de dados fiscais sigilosos entre a administração tributária e os tribunais de contas, em interpretação que relativiza o sigilo de informações e a preservação da intimidade quando se está diante do interesse da sociedade em conhecer o destino dos recursos públicos e o adequado exercício do múnus constitucional do controle externo, situação na qual impera o dever de transparência imposto aos administradores públicos.

Nesse contexto, em 2020, o governo federal, após muitos embates com o Tribunal de Contas da União a fim de não lhe transferir dados fiscais protegidos por sigilo, publicou decreto regulamentando o acesso da Controladoria-Geral da União e do TCU a dados de órgãos do Ministério da Economia, inclusive, da **Receita Federal**, abarcados pelo sigilo fiscal.

Adequando-se ao posicionamento governamental, a

portaria RFB nº 4, de 22 de janeiro de 2021, assentou que o intercâmbio das informações sigilosas deve ser permitido, verificada a clara definição do objetivo e do escopo da auditoria, devendo os dados solicitados guardarem com esses. Estabelece, ainda, que os dados só poderão ser compartilhados mediante declaração indicativa dos auditores autorizados a utilizá-los, os quais assinarão termo de confidencialidade e assumirão as mesmas responsabilidades legais a que um auditor da **Receita Federal** está obrigado.

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/impressa/6585/31-10-2024.html?all=1>

Premiação em dobro

CAROLINA FREITAS *redacao@gruposjbr.com*

A partir de 2025, o prêmio máximo do Nota Legal passará de R\$ 500 mil para R\$ 1 milhão.

Quem costuma participar do programa já pode torcer para se tornar um milionário. Com o novo valor, o Governo do Distrito Federal (GDF) pretende incentivar a população a solicitar a nota fiscal com o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) nos estabelecimentos comerciais.

O decreto que dobra o valor da premiação foi assinado pela governadora em exercício Celina Leão na última terça-feira.

Os sorteios do próximo ano vão distribuir 12,6 mil prêmios de R\$ 100 a R\$ 1 milhão, totalizando R\$ 3,5 milhões em premiações. "Assina - mos um decreto que dobra a premiação máxima do Nota Legal.

Além de todos os benefícios para quem participa do programa, agora também é possível ganhar R\$ 1 milhão. O Nota Legal é importantíssimo para toda a sociedade e nos ajuda a investir em áreas essenciais para a população", enfatizou Celina Leão.

O secretário de Economia, Ney Ferraz, espera que com o novo prêmio mais pessoas comecem a pedir a nota fiscal. "Esperamos que, cada vez mais, a população peça a nota fiscal e ajude o governo com esse grande ato de cidadania.

Quanto mais a população pede a nota fiscal, mais todo mundo ganha, porque os **tributos** arrecadados são transformados em benefícios para a sociedade em diversas áreas como saúde, educação e mobilidade", comentou.

Sorteio em 2024 Enquanto 2025 não chega, com a nova premiação, os brasilienses podem aproveitar o próximo sorteio do Nota Legal que será no dia 13 de novembro. Este ano, o prêmio máximo ainda será de R\$ 500 mil.

O sorteio será transmitido ao vivo pelo YouTube da Secretaria de Economia, a partir das 15h.

Serão distribuídos 12,6 mil prêmios, variando de R\$ 100 a R\$ 500 mil, somando R\$ 3 milhões em premiações.

Este será o segundo sorteio do Nota Legal em 2024.

Podem participar do sorteio as pessoas físicas cadastradas no programa e que não estavam inadimplentes com a **Receita Federal** do DF no período de habilitação e possuam ao menos um documento fiscal com CPF entre 1º de novembro de 2023 e 30 de abril de 2024.

Ao todo, participarão deste novo sorteio 1.021.329 pessoas, com um total de 64.675.372 bilhetes gerados.

Os ganhadores serão comunicados por e-mail, e o resultado do sorteio será divulgado no site do Nota Legal.

Para participar do Programa Nota Legal, as pessoas devem informar o seu CPF no ato da compra, e solicitar a nota fiscal nos estabelecimentos.

Além disso, o cidadão deve estar em dia com a **Receita Federal** do DF, e se cadastrar no programa pelo site <https://www.notalegal.df.gov.br/>. Ganhadores O último sorteio do Nota Legal ocorreu no dia 27 de junho, e o prêmio máximo, de R\$ 500 mil, ficou com um morador do Varjão. Na época, o contribuinte realizou uma compra de R\$ 16,34 em uma farmácia da região.

No primeiro sorteio do ano, foram distribuídos 12,6 mil prêmios, sendo um de R\$ 500 mil, dois de R\$ 200 mil, três de R\$ 100 mil, quatro de R\$ 50 mil, dez de R\$ 10 mil, 30 de R\$ 5 mil, 50 de R\$ 1 mil, 500 de R\$ 200 e 12 mil de R\$ 100. Além do prêmio principal, que foi para o Varjão, os prêmios de R\$ 200 mil saíram para moradores do Guará II e Sobradinho, e os de R\$ 100 mil para São Sebastião, Asa Sul e Águas Claras.

Para Ney Ferraz, secretário da Secretaria de Economia, além de concorrer aos prêmios, as pessoas que participam do Nota Legal, indicando o CPF na hora da compra, contribuem para a arrecadação fiscal.

"É um exercício de extrema transparência, em que os cidadãos atuam como uma extensão da secretaria, exercendo papel até de auditores da Fazenda, fiscalizando, auditando, cobrando e fazendo o seu trabalho de cidadania", afirmou.

Participantes O servidor público Thiago Antunes, de 41 anos, participa do Nota Legal há mais de quatro anos, e comentou ao Jornal de Brasília que começou a pedir a nota fiscal com o seu CPF nos estabelecimentos exatamente para participar do sorteio.

"Ainda não sabia do aumento do prêmio, mas fico feliz em saber.

Sempre peço para colocar o CPF na nota fiscal, pois acho importante para a arrecadação, além de torcer para um dia ser sorteado".

Thiago acredita que o aumento do prêmio para R\$ 1 milhão vai motivar mais pessoas a pedir o CPF na nota fiscal. "Agora que vou pedir para colocar mais o CPF na nota fiscal, até em uma balinha, torcendo para ser o próximo ganhador". A servidora pública, Flávia Rodrigues, 42 anos, compartilha do mesmo pensamento, que o novo prêmio torna a participação no sorteio ainda mais atrativa. "Faço uso do Nota Legal desde 2017 para abatimento dos débitos do IPVA e participação do sorteio. O novo prêmio deixa as pessoas ainda mais incentivadas a participar, e se tornar um milionário", comentou.

SERVIÇO

Confira como será a divisão de prêmios em 2025

1 prêmio de R\$ 1 milhão

2 prêmios de R\$ 200 mil

3 prêmios de R\$ 100 mil

4 prêmios de R\$ 50 mil

10 prêmios de R\$ 10 mil

30 prêmios de R\$ 5 mil

50 prêmios de R\$ 1 mil

500 prêmios de R\$ 200

12.000 prêmios de R\$ 100

Site:

<https://edicaodigital.jornaldebrasil.com.br/pub/jornaldebrasil/?edicao=18211>

Corretores de emendas

PATRIK CAMPOREZ patrikcamporez@broglobo.com.br
BRASÍLIA

Com um valor recorde em emendas parlamentares nas mãos do Congresso nos últimos anos, prefeitos têm recorrido a consultorias privadas abertas por assessores ou ex-assessores de deputados e de senadores em busca de liberação de recursos. Levantamento do GLOBO com base nos portais de transparência e dos tribunais de contas estaduais identificou dez empresas do tipo, contratadas por 210 municípios diferentes. Os negócios renderam a essas firmas um faturamento de pelo menos R\$ 17,5 milhões desde 2019. O mercado, contudo, pode ser ainda maior, uma vez que nem todos os acordos são incluídos nos sistemas de fiscalização.

O serviço oferecido funciona como o de um corretor, intermediando a negociação do gestor municipal com o congressista. Na prática, a prefeitura paga a funcionários de gabinetes da Câmara e do Senado para ajudá-los a receber verbas públicas sob responsabilidade de seus chefes. Procuradas, as duas Casas legislativas informaram que a conduta é vedada por lei e pode resultar em punições.

Uma das empresas mais requisitadas é a Zanotelli e Borges Ltda, que fechou contratos com dez municípios gaúchos desde 2019, registrados como consultoria para "captação de recursos". A companhia tem como sócios Tiago Zanotelli e sua mulher, Ione Rosa Godoy Zanotelli. Os dois são assessores do senador Luis Carlos Heinze (PP-RS), com salários de R\$ 22,5 mil e R\$ 21,4 mil, respectivamente. Os acordos com as prefeituras, por sua vez, já renderam R\$ 1 milhão à firma do casal.

"NOSSO PARCEIRO"

Entre as cidades que recorreram ao serviço dos funcionários do gabinete está Lagoa Bonita do Sul (RS), de 2,2 mil habitantes e localizada a 230 quilômetros de Porto Alegre. Desde 2021, foram três contratos assinados com a empresa dos Zanotelli, somando R\$ 61,5 mil. O mais recente foi firmado em 25 de janeiro de 2023. Seis meses depois, em 5 de julho do ano passado, o município recebeu R\$ 250 mil enviados por Luis Carlos Heinze via emenda "Pix", modalidade na qual a verba pode ser usada como o prefeito quiser, sem vinculação a uma obra específica. O senador repassou mais R\$ 250 mil em junho deste ano, no mesmo formato.

-Agente não tem os contatos certos em Brasília. Por isso, temos que chegar até eles (assessores). A consultoria consegue recursos e dá andamento aos projetos. Inclusive com o Heinze, que é nosso parceiro -afirmou o prefeito de Lagoa Bonita do Sul, Luizinho do PP, mesmo partido do senador e aliado.

Tiago Zanotelli, assessor de Heinze, nega que o envio das emendas estava condicionado à contratação de sua empresa. Ele afirmou que o parlamentar tem conhecimento sobre o serviço prestado aos municípios desde que assumiu o cargo no Senado.

-A gente não mistura as coisas -disse Tiago, que no gabinete tem a função de assessor de orçamento, cuidando do valor destinado a cada prefeitura.

Sua mulher e sócia, Ione, também foi procurada, mas não respondeu.

Heinze negou que sabia da dupla função dos assessores e, após o contato, disse ter pedido aos dois que se afastem da empresa, caso contrário serão demitidos. O casal trabalha no gabinete desde 2019.

- Eu pedi que parem com esse assunto. Fica ruim para mim, não me interessa - disse ele.

O senador afirmou ainda ter enviado recursos para outros municípios do estado, não apenas aos que possuem contratos com a empresa dos assessores. Ao todo, as dez prefeituras que fecharam negócios com os Zanotelli foram contempladas com R\$ 6,6 milhões em emendas dele.

Heinze não é o único parlamentar a enviar recursos a prefeituras que fecharam negócio com seus próprios assessores. O deputado Covatti Filho (PP-RS) repassou R\$ 3,3 milhões a sete cidades que possuem acordos com a Cuidar Consultoria desde 2020. A empresa tem entre suas sócias Analú Santos de Moraes, que esteve lotada no gabinete do parlamentar de julho de 2022 a janeiro deste ano, com salário de R\$ 2.211,85. O quadro societário da companhia inclui ainda dois tios do parlamentar.

Um dos municípios beneficiados foi Muliterno (RS), que tem 1,7 mil habitantes e fica a 250 quilômetros de Porto Alegre. A prefeitura recebeu dois repasses indicados pelo parlamentar. O maior deles, de R\$ 1,18 milhão, foi feito em junho do ano passado, quando Analú ainda trabalhava no gabinete.

Adair Barilli, que era prefeito de Muliterno quando o contrato com a consultoria foi fechado, disse ter sido procurado pelo tio do deputado, sócio da empresa, que ofereceu o serviço para que ele tivesse acesso a verbas e trânsito por Brasília.

- Ele chegou fazendo muita propaganda: "Temos conhecimento em Brasília e contato com vários deputados e senadores" -afirmou Barilli.

Covatti Filho diz não ver conflito de interesses: -Só neste ano mandei recursos para mais de cem municípios. Eu não atendo à consultoria, atendo aos prefeitos que são meus aliados. Não vejo problema.

Analú, por sua vez, disse já ter deixado "há anos" as funções no gabinete de Covatti Filho e na empresa. A exoneração na Câmara foi publicada no Diário Oficial em 16 de janeiro deste ano, e o nome dela ainda consta como sócia-administradora da consultoria nos registros da **Receita Federal**.

Outra empresa de um funcionário com cargo em gabinete de Brasília é a Campos Representação, Assessoria, Consultoria e Serviços. A sociedade, em nome de Fábio Gonçalves Campos, tem contratos com dez municípios baianos.

Até julho, Campos era assessor do deputado João Carlos Bacelar (PL-BA), com quem disse trabalhar desde 2011. Enquanto batia ponto na Câmara, também recebia dos municípios que o contratavam para ajudar a encontrar as chaves dos cofres de Brasília.

Da prefeitura de Andorinha (BA), cidade de 15 mil habitantes a 426 quilômetros de Salvador, a empresa ganhou R\$ 17 mil em um contrato assinado em junho de 2019. Em dezembro do mesmo ano e em abril de 2020, o município recebeu emendas de Bacelar totalizando R\$586mil. Já a administração de Gandú (BA), a 296 quilômetros de Salvador, assinou um contrato de R\$ 10 mil com a consultoria em abril de 2020. Um mês depois, Bacelar enviou R\$ 420 mil para o município via emenda "Pix".

- Não é porque o recurso era do deputado João Bacelar que a empresa não poderia fazer o trabalho para o qual ela foi contratada. A captação de recursos é uma prerrogativa dos gestores. A atividade da empresa era estar vigilante em todos os programas que o executivo federal apresentava aos municípios e apresentar os pleitos -afirmou Campos.

O GLOBO também tentou falar com as prefeituras, que não responderam. Já Bacelar disse que não tinha conhecimento da atuação do assessor: - Ele tem que prestar contas para os serviços do meu gabinete. Se

ele dá consultoria para algum prefeito, não posso fazer nada.

SEM CRITÉRIOS OBJETIVOS"

Segundo a Câmara, porém, servidores dos gabinetes são proibidos de gerenciar ou administrar empresas enquanto estão no exercício da função. "Além disso, os servidores não devem desempenhar atividades privadas que ensejem conflito de interesse com seu cargo público. A infringência a essas vedações deve ser aferida por meio de processo administrativo", disse a Casa, em nota.

Já o Senado informou que os serviços prestados por assessores podem configurar infração caso eles se valham do cargo público para obter vantagem. "Entretanto, o enquadramento de qualquer situação nesses dispositivos somente ocorreria após a análise de casos concretos", afirmou.

O advogado Marçal Justen Filho, especialista em direito administrativo, acrescenta que a Constituição proíbe qualquer agente público de atuar em situação que represente conflito de interesses. Segundo ele, falhas no mecanismo de liberação de emendas contribuem para a situação: - Se os recursos fossem liberados segundo critérios objetivos, nem se cogitaria a intervenção individual de algum assessor (ou parlamentar).

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Câmara derruba taxaço sobre herança de previdência

GERALDA DOCA BRASILIA

A Câmara dos Deputados concluiu ontem a votação do segundo projeto de regulamentação da **Reforma Tributária**. O texto já havia sido aprovado em agosto, mas os parlamentares ainda precisavam concluir a votação antes de o projeto seguir para o Senado.

A proposta trata das regras de administração do comitê gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) a ser arrecadado por estados e municípios. O primeiro projeto de regulamentação já havia sido aprovado na Casa e está no Senado.

A votação ocorreu após acordo fechado na terça para retirar do texto a controversa cobrança de Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD), um imposto estadual, sobre herança de previdência privada do tipo VGBL. Foi uma derrota dos governadores, que pediam a inclusão da cobrança.

Também foi excluída a previsão de cobrança de ITCMD na distribuição desproporcional de lucros entre os sócios de empresas e a proibição para companhias do mesmo grupo econômico transferirem entre si os créditos de ICMS ou do futuro Imposto sobre Serviços (IBS).

EMPRESÁRIOS AUTÔNOMOS

Em outro acordo, o PL retirou emenda contra mudança na forma de cobrança do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), de competência municipal. O texto aprovado estabelece que a referência para cobrança do imposto será o valor venal do imóvel ou o valor de transferência, o que for maior. Atualmente, a incidência é só pelo valor venal. Outra mudança é para que empresas que contratarem empresários autônomos como prestadores de serviços não sejam responsáveis pelo pagamento dos **impostos** se os contratados não recolherem o que for devido.

Um destaque do PSOL que previa a criação de um Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF) foi rejeitado. Foi mantida no texto a realização de uma avaliação, a cada cinco anos, sobre os produtos e serviços com taxaço reduzida, para que se debata a eficiência do gasto tributário.

O projeto estava parado na Câmara porque os senadores indicavam que não iriam votar a primeira etapa da regulamentação, com as regras de funcionamento do novo sistema, ainda neste ano. O Senado, porém, divulgou calendário com previsão de aprovar o texto em novembro.

O texto também define como será o funcionamento do Comitê Gestor do IBS, tributo que será a junção do ICMS (estadual) e do ISS (municipal). A reforma também cria a CBS, reunindo os **impostos** federais sobre o consumo.

O comitê será responsável por administrar e fiscalizar o imposto de estados e municípios -uma espécie de **Receita Federal** de entes subnacionais.

O texto cria processo administrativo sobre cobrança do imposto, uma espécie de **Carf** (que funciona como um tribunal da Receita), formado por três instâncias de decisão.

Contribuintes poderão participar da última instância de decisão e outras etapas do processo, por meio de federações e associações de setores empresariais. A versão anterior do projeto determinava que apenas auditores fiscais fariam parte da última instância.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Deputados alteram "taxação das blusinhas"

A Câmara dos Deputados aprovou na quarta-feira (30) projeto de lei que modifica a taxação de compras no e-commerce internacional, apelidada de "taxa das blusinhas". O texto permite a isenção para importação de medicamentos de até US\$ 10 mil, cria uma regra para devolução dos **impostos** para produtos devolvidos pelo consumidor e autoriza o governo a aumentar a taxação se a empresa não estiver cadastrada no Remessa Conforme.

O projeto foi protocolado pelo líder do governo na Câmara, deputado José Guimarães (PT-CE), em substituição a medidas provisórias (MPs) enviadas pelo governo para garantir a isenção para os medicamentos, mas que não serão votadas por um embate entre Câmara e Senado sobre o rito de tramitação das MPs. No lugar, os deputados aprovaram esse projeto de lei.

Pelo texto, o Ministério da Fazenda poderá isentar a importação de medicamentos por pessoas físicas para consumo próprio. Esse benefício já existia até meados do ano, mas foi proibido sem querer pelo Congresso quando aprovou a taxação entre 20% e 60% das importações gerais por pessoas físicas, numa iniciativa para coibir a concorrência das empresas de e-commerce internacional com as varejistas e indústrias instaladas no Brasil.

Outra mudança é a autorização para que a Fazenda estabeleça alíquotas diferentes para quem está no programa Remessa Conforme e quem não está. O instrumento foi criado para facilitar importações e fiscalização sobre os milhares de produtos que entram diariamente no país via e-commerce.

Pela lei em vigor, há cobrança de 20% de Imposto de Importação sobre as compras de até US\$ 50 e de 60% para produtos entre US\$ 50 e US\$ 3 mil. O governo federal poderá estabelecer outros valores para quem não está no Remessa Conforme, numa medida para obrigar a adesão à iniciativa da **Receita Federal**.

Atualmente, há 18 empresas cadastradas no programa. (RDC e MR)

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#!/edition/188029?page=2§ion=1>

Dupla é presa após sonegar R\$ 35 mi

Larissa Almeida REPORTAGEM

Durante nove anos, uma dupla de empresários mineiros sonegou R\$ 35 milhões dos cofres públicos da Bahia ao manter uma empresa de mineração na região de Itapetinga, município situado no sudoeste do estado, sem pagar o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e outros tributos.

Eles foram presos na manhã desta quarta-feira (30), após o início da Operação Thorin, deflagrada por uma força-tarefa de combate à sonegação fiscal.

Os dois, que não tiveram a identidade revelada, também estão sendo investigados por suspeita de lavagem de dinheiro e associação criminosa. Para além do valor sonegado, pode haver um déficit de, aproximadamente, R\$ 50 milhões, que é resultado do tempo de inadimplência do ICMS.

Segundo Anderson Freitas de Cerqueira, promotor do Ministério Público da Bahia (MP-BA), os empresários respondem às duas outras ações criminais justamente porque apresentaram, durante todo esse período, comportamentos contínuos no sentido de não pagar os valores devidos.

Um dos agravantes é que eles recebiam um benefício de fomento ao desenvolvimento industrial à geração de emprego e renda, que também era utilizado para a sonegação dos impostos.

EVASÃO FISCAL "Percebemos, ao longo do tempo, uma evolução da estratégia de evasão fiscal do contribuinte. Em um primeiro momento, [isso se deu] praticando fraudes tributárias típicas, principalmente a utilização de créditos tributários fictícios e fraudulentos, por uma entrada fictícia de mercadorias no estabelecimento. Ou seja, o contribuinte declarava em sua escrita fiscal que mercadorias teriam ingressado no seu pátio industrial e participariam do processo produtivo. Mas, através da fiscalização de trânsito, foi verificado que essa mercadoria, na verdade, nunca chegou", afirmou.

Os insumos que, supostamente, iriam ingressar na empresa sequer faziam parte do processo industrial dos empresários, que exploravam a mina industrialmente. Quando a fraude foi identificada pela fiscalização tributária, a dupla adaptou as estratégias.

"O contribuinte começou a não fazer mais fraudes declaratórias, mas declarar o imposto do ICMS devido

e não o recolher sistematicamente, reiterada e metodicamente, de tal forma que sua dívida fiscal ao longo do tempo somente crescia", detalhou o promotor.

Ele ainda acrescentou que o débito era parcelado pelos empresários somente para simular regularidade com a Receita Federal, mas os valores nunca eram quitados. Um período depois, um dos empresários mudou a razão social da empresa e abriu uma filial, que, atualmente, é uma holding de mineração conhecida no setor.

Essa outra empresa aberta passou a ser utilizada para as prestações de contas fiscais, já que era praticamente isenta de déficit tributário. A primeira empresa, por sua vez, já altamente endividada, foi abandonada, mas somente no papel. Isso porque, durante as buscas realizadas, ficou evidenciado que, até hoje, a mina continua sendo operada a pleno vapor pelo grupo.

LAVAGEM DE DINHEIRO O promotor Anderson Freitas de Cerqueira disse que a operação deflagrada nesta quarta-feira conseguiu localizar a dupla de empresários através da busca por lavagem de dinheiro decorrente de crimes tributários. Segundo ele, os órgãos estatais não estavam conseguindo identificar os ativos financeiros advindos dessa prática criminosa e, por isso, obteve medidas cautelares que enfim levaram ao rastro do dinheiro.

A investigação dos crimes envolvendo os empresários possibilitou que a força-tarefa detectasse dois familiares próximos, assim como funcionários e ex-funcionários, que estariam auxiliando na manutenção da fraude ao desempenharem o papel de laranjas. Através deles, recursos provenientes da atividade industrial seriam movimentados pelos dois investigados, que estavam com os nomes restritos e não poderiam transitar livremente recursos financeiros de grande valor por meio das próprias contas bancárias.

Durante as buscas, que ocorreram na região de Itapetinga (BA), em Belo Horizonte (MG) e em São João Del Rey (MG), uma arma de fogo não registrada foi apreendida em flagrante. Como desdobramento da operação, a Justiça acatou o pedido resultante da força-tarefa e determinou o bloqueio de bens de patrimônio e ativos financeiros de todos os investigados para garantir o pagamento ao estado.

Haliane Peixinho, titular da Delegacia de Crimes Econômicos e Contra Administração Pública (Dececap), disse que agora serão realizadas oitivas, principalmente com relação à triagem dos materiais apreendidos. "A investigação ainda está em curso. Então, no decorrer, vamos analisar também todos esses documentos para também robustecer a investigação e, principalmente, identificar outros envolvidos nesse esquema criminoso", concluiu a delegada.

Crimes podem gerar pena de 18 anos para os empresários

Os dois empresários mineiros podem ser condenados a até 18 anos de prisão pelos crimes de sonegação tributária, lavagem de dinheiro e associação criminosa.

O advogado Marinho Soares, especialista em Direito Criminal, explica que as tentativas de não pagar o dinheiro devido e enganar o Fisco são enquadradas no crime de sonegação de **impostos**. "Nesse caso, a lei estabelece uma pena de dois a cinco anos, acrescida de multa, para a sonegação fiscal. Então, eles vão ser processados, mas, provavelmente, vão ser colocados em liberdade porque não foi um crime violento. Há também um entendimento atual do Supremo Tribunal Federal (STF) no que diz respeito à multa, que equivale a 100% do valor devido ou 150%, caso haja reincidência".

Já o envolvimento de uma ou mais pessoas para se beneficiar do dinheiro devido ao estado configuram a associação criminosa. Caso fique comprovado o crime, a pena prevista é de um a três anos para a dupla de empresários. Quanto à lavagem de dinheiro, prática que teria sido cometida pelos dois quando tentaram fazer com que o dinheiro parecesse Feito ao ser movimentado pelas contas laranjas, a pena mínima é de quatro anos e a máxima é de dez anos. Para o especialista, no entanto, é provável que a dupla não seja condenada; ao tempo máximo de prisão, que seria de 18 anos - se todos os crimes fossem comprovados e se fossem aplicadas as maiores penas pela Justiça.

É provável que a dupla não seja condenada; ao tempo máximo de prisão, que seria de 18 anos

Site:

<https://impresso.correio24horas.com.br/html5/reader/production/default.aspx?pubname=&pubid=11ae599c-2d02-4148-a861-8c13df1a8642>

Camara encerra regulação da Reforma

A Câmara dos Deputados concluiu ontem (30) a votação do segundo texto de regulamentação da **reforma tributária**. O projeto agora será enviado ao Senado, que já recebeu o primeiro projeto. Durante a votação, o plenário da Casa rejeitou a emenda do deputado Ivan Valente (Psol-SP) que pretendia instituir o Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF), classificadas como o conjunto de bens que passe de R\$ 10 milhões.

O texto já havia sido aprovado em agosto, mas os parlamentares ainda precisavam concluir a votação antes dele seguir para o Senado. A votação ocorreu após acordo fechado na última terça-feira (29) em relação a alguns destaques como o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD), um imposto estadual, sobre herança de previdência privada do tipo VGBL. Foi uma derrota dos governadores, que pediam a inclusão da cobrança.

Imóveis

Em outro acordo, o PL retirou emenda contra mudança na forma de cobrança do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), de competência municipal. O texto aprovado estabelece que a referência para cobrança será o valor venal do imóvel ou o valor de transferência, o que for maior.

Outra mudança é para que empresas que contratarem empresários autônomos como prestadores de serviços não sejam responsáveis pelo pagamento dos **impostos** se os contratados não recolherem o que for devido.

Gestão

Também ficou definido o funcionamento do Comitê Gestor do IBS, tributo que será a junção do ICMS (estadual) e do ISS (municipal). O comitê será responsável por administrar e fiscalizar o imposto de estados e municípios - uma espécie de **Receita Federal** de entes subnacionais.

O texto cria processo administrativo sobre cobrança do imposto, uma espécie de **Carf** (que funciona como um tribunal da Receita), formado por três instâncias de decisão. Contribuintes poderão participar da última instância de decisão e outras etapas do processo, por meio de federações e associações de setores empresariais.

Site:

<https://edicaoimpressa.folhape.com.br/books/styl/#p=1>

BPC deve ter cruzamento mensal de dados

JENIFFER GULARTE econorrue@oglobo.com.br
BRASÍLIA (Colaboraram Marcos Fonseca e Thaís Barcellos)

O governo vai propor em novembro ao Congresso um projeto de lei com novas regras para acesso e manutenção dentro do Benefício de Prestação Continuada (BPC) -um salário mínimo por mês pago para pessoas com deficiência e idosos de baixa renda. O programa entrou na mira do Executivo por suspeitas de fraudes no momento em que a equipe econômica prepara um pacote com corte de gastos. A ideia é deixar o BPC com regras de adesão e permanência semelhantes às do Bolsa Família. Isso vai incluir um cruzamento mensal de dados, por exemplo, o que não ocorre hoje.

Uma crítica de técnicos do governo é que o BPC não é revisado como deveria, sem cruzamentos de CPFs com o Cadastro Único para benefícios sociais do governo (CadÚnico), por exemplo, o que abre brecha para que milhares de pessoas que não têm direito estejam recebendo o benefício.

A lei de criação do BPC prevê a revisão de cadastros para apurar se as condições que deram origem ao benefício persistem, mas isso não é comum. A última vez que isso ocorreu foi durante o segundo governo Lula, entre 2008 e 2009.

Pelo projeto do governo, será exigida prova de vida anual (como ocorre no **INSS** para os aposentados), reconhecimento facial e biometria para concessão e manutenção dos pagamentos. Os beneficiários poderão atualizar seu cadastro por meio de aplicativo de celular e nos Centros de Referência de Assistência Social (Cras) dos municípios.

O projeto visa a garantir que permaneçam no programa apenas pessoas que realmente se enquadram no benefício. No ano que vem, o programa custará R\$ 118 bilhões.

A discussão das novas regras envolve os Ministérios de Desenvolvimento Social (MDS) e da Previdência. O texto foi enviado para a Casa Civil, onde está em fase de análise final.

Cabe ao Ministério do Desenvolvimento Social administrar o CadÚnico e validar a base de dados, sobretudo do critério de renda domiciliar, enquanto a **Previdência Social** fica com a realização de exames médicos. A data em que o projeto será enviado ao

Congresso será definido pela Casa Civil, chefiada por Rui Costa.

400 MIL BLOQUEADOS

Integrantes do governo acreditam que não haverá resistências ao texto no Congresso, especialmente porque há expectativa de economia de R\$ 1 bilhão a R\$ 3 bilhões por ano com a revisão eficiente dos cadastros do BPC.

Articuladores políticos do governo já têm conversado com bancadas informalmente a respeito do texto e informaram lideranças do PT que o governo enviará o projeto ao parlamento.

Os gastos com BPC, que hoje atende a mais de 6 milhões de pessoas, passaram a subir especialmente a partir de 2021. Para ter direito, é necessário que a renda por pessoa do grupo familiar seja igual ou menor a um quarto do salário mínimo (R\$ 353). Uma lei de 2021 permitiu deduzir gastos como os de saúde dessa conta e abriu espaço para dois membros da mesma famílias receberem o benefício.

Mesmo antes de enviar o texto ao Congresso, o governo já adotou medidas de revisão no programa. Uma revisão cadastral vem ocorrendo desde agosto. Só nesta semana, 400 mil pessoas que recebem o BPC e que não estão no CadÚnico tiveram seu pagamento bloqueado.

Com isso, o valor está na conta, mas a pessoa não consegue sacar, só desbloqueia se houver atualização do cadastro dentro das regras do programa.

Outras 380 mil estão no CadÚnico, mas não têm o perfil de renda para receber o benefício e terão seu benefício bloqueado nos próximos dias.

CPFS IRREGULARES

O governo quer levar o assunto ao Congresso para ter uma regularização padronizada de acesso ao BPC. Atualmente, há apenas uma portaria publicada em julho que determinou a atualização cadastral - o que pode ser desfeita de ofício a qualquer momento.

Técnicos do Ministério de Desenvolvimento Social estimam que o cadastro do BPC tenha pelo menos 1 milhão de CPFs com algum tipo de irregularidade, o que não significa que todo esse contingente deixará de receber. Mas, para seguir com direito a saque,

precisará comprovar que se enquadra nas regras do programa.

Para ter acesso ao BPC, os beneficiários passam por perícias médicas e avaliação social. Também é analisada a condição financeira da família com renda por pessoa de até um quarto do salário mínimo ou até meio salário, em casos mais específicos, como necessidade de cuidadores, uso de fraldas e medicamentos.

Já técnicos da área econômica avaliam que o índice de fraudes pode chegar a 30%. O aumento das despesas com BPC ganhou força a partir do segundo semestre de 2022.

Segundo dados do **INSS**, o gasto com o auxílio do primeiro semestre atingiu R\$ 44,076 bilhões, alta de 19,8% em relação ao ano anterior. O número de concessões do benefício deu um salto de 40% no período, saindo de 786.087 em 2023 para 1,105 milhão nos primeiros seis meses de 2024.

A luz amarela com a disparada nos gastos do BPC foi dada pelo Ministério do Planejamento e levou a ministra Si-mone Tebet, em junho, a levantar suspeitas de fraude: -O BPC cresceu de tal forma que tem que ter alguma coisa errada aí - disse, ao participar de audiência pública no Congresso -Será que algumas pessoas estão se autodeclarando PCDs, pessoas com deficiência, e que não são e, estão indo para a fila do BPC e recebendo indevidamente?

Para o advogado Marco Se-rau, professor da Universidade Federal do Paraná (UFPR), o aumento do número de pessoas que recebem o BPC é um reflexo da rigidez dos requisitos para a concessão de benefícios previdenciários: -Após a Reforma da Previdência, o acesso aos benefícios previdenciários de natureza contributiva se tornou mais difícil, com exigências de idade e tempo de contribuição maiores. O BPC se tornou uma válvula de escape para aquelas pessoas que não conseguem se aposentar.

Serau avalia que, além do cruzamento de dados, o sistema do Centro de Referência de Assistência Social (Cras) deveria ser atualizado: - O cruzamento mensal de dados permitirá o corte de pessoas que fraudam o sistema. Mas poderia haver melhoria no processo de inscrição e atualização de dados do CadÚnico. Hoje, ele é feito no Cras, que tem um serviço com muitas dificuldades.

Para o advogado Rodolfo Ramer, mestre em Direito Previdenciário pela PUC-SP, a medida tem um desafio do histórico de execução das revisões de benefícios: - Há pessoas que recebem o BPC há mais de dois anos (tempo exigido para revisão) e nunca foram chamadas

para análise de sua situação.

Em outra frente, o Senado aprovou projeto de lei que dispensa de reavaliação periódica aposentados por incapacidade permanente, irreversível e irreversível. O projeto vai para sanção presidencial.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Possível prorrogação da DRU pode dar "carona" para novas medidas de ajuste

Análise Lu Aiko Otta Brasília

Com o encerramento de sua vigência previsto para o próximo dia 31 de dezembro, a Desvinculação de Receitas da União (DRU) pode ter sua prorrogação solicitada pelo governo. Seria uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que poderia, também, servir de veículo para outras medidas de ajuste fiscal pelo lado das despesas que demandam alteração da Carta.

Esse, ao menos, foi um desenho discutido entre técnicos da área econômica meses atrás. A PEC recebeu nos bastidores o apelido de "x-tudão", por conter um conjunto de medidas que ia desde a prorrogação da DRU e a desvinculação de receitas de Estados e municípios até um novo tratamento para precatórios e à desindexação de alguns benefícios sociais e sentenças judiciais de pequeno valor em relação ao salário mínimo.

A essa altura, ainda não está claro o que, desse conjunto de propostas, será levado pelo Executivo ao Congresso Nacional. É o que vem sendo refinado em discussões dos ministros da área econômica com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Independentemente das medidas de ajuste, técnicos veem pelo menos dois motivos para o governo pedir ao Congresso a prorrogação da DRU. Um deles seria usar algo da rotina do governo para enviar "de carona" as medidas de ajuste. Outro, seria indicar a preocupação do governo em desvincular receitas e combater a rigidez orçamentária.

Técnicos apontam também um motivo prático. A DRU facilita o dia a dia da gestão orçamentária pois permite usar livremente 30% das receitas de taxas e algumas contribuições (exceto as destinadas à **seguridade social**). É útil para, por exemplo, determinar fonte de financiamento para despesas que não têm nenhuma receita específica para bancá-las.

Uma opção que vinha sendo estudada nos meios técnicos era a ampliação do rol de **tributos** que seriam afetados pela DRU. Nesse caso, as receitas liberadas poderiam ceder espaço para gastos discricionários, que estão comprimidos, ou para simplesmente serem "seguradas" e ajudar a melhorar o resultado primário.

Criada em 1994 com o nome de Fundo Social de Emergência (FSE), a DRU ataca um problema que persiste até hoje: o excessivo "engessamento" do orçamento, com receitas que são "carimbadas" para despesas específicas. Na época, o FSE desvinculava 20% das receitas de **impostos** e contribuições e permitiu melhorar o resultado fiscal nos anos que se seguiram à implementação do Plano Real.

Paulatinamente, foram criadas exceções às receitas desvinculadas.

A reforma da Previdência, de 2022, retirou do alcance da DRU as receitas previdenciárias, reduzindo muito sua potência.

Hoje, na prática, a DRU só afeta de forma significativa as receitas do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Embora a ministra do Planejamento, Simone Tebet, tenha sinalizado que mudanças nos pisos de gastos com saúde e educação ficarão para o próximo governo, há entre técnicos a dúvida se o tema não voltará à mesa. Isso porque as propostas em análise para essa área não constituem cortes de gastos, e sim mudança no critério de crescimento dessas despesas.

Seria uma narrativa mais palatável do ponto de vista político e daria um sinal positivo à solvência das contas públicas nos médio e longo prazos. Por outro lado, toca em temas tabus.

Ainda na área de educação, existe a proposta de contabilizar, no piso constitucional para a área, uma parcela maior dos repasses feitos pela União a título de complementação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação (Fundeb). Hoje, apenas 30% contam para o piso.

Na mesma linha, estudou-se conter a escalada dos valores dessa complementação. Neste ano, a transferência da União é de 19% do valor aportado por Estados e municípios.

Passará para 21% em 2025 e 23% em 2026, mas uma das propostas é manter em 19%.

Além dessas desindexações, o Planejamento tem

estudado a eliminação de sobreposições em políticas públicas. Um exemplo é a redução do número de parcelas do seguro-desemprego em função do valor da multa de 40% do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) recebido pelo trabalhador demitido. Outro, uma reconfiguração do abono salarial, para que atenda os informais e sirva de porta de saída para o Bolsa Família.

As propostas para a área trabalhista foram atacadas pelo ministro do Trabalho, Luiz Marinho.

Por outro lado, o ministro- chefe da Casa Civil, Rui Costa, até há pouco uma espécie e líder da ala desenvolvimentista do governo, foi às redes sociais defender as medidas de ajuste fiscal. O conflito está posto e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva está diante de um momento decisivo para seu governo.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188029?page=2
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188029?page=2§ion=1)**

Como saber se seu cadastro está regular

O BPC é a garantia de um salário mínimo mensal à pessoa com deficiência que comprove não possuir meios de prover a própria subsistência, nem de tê-la provida por sua família. Para ter direito, é necessário que a renda por pessoa do grupo familiar seja igual ou menor que 1/4 do salário mínimo.

Não é necessário ter contribuído para o **INSS** para ter direito ao benefício. O CadÚnico, que é administrado pelos Cras, deve estar atualizado há menos de dois anos e conter o CPF de todas as pessoas da família.

De acordo com dados divulgados pelo **INSS**, o gasto com o auxílio no primeiro semestre de 2024 atingiu R\$ 44,076 bilhões, um aumento de 19,8% em relação ao ano anterior. O número de concessões do benefício deu um salto de 40% no período, saindo de 786.087 em 2023 para 1,105 milhão só nos primeiros seis meses de 2024.

A luz amarela com a disparada nos gastos do BPC foi dada pelo Ministério do Planejamento e levou a ministra Si-mone Tebet, em junho deste ano, a levantar suspeitas de fraude na concessão. *

Site: <https://extra-globo.pressreader.com/extra>

BPC deve ter biometria facial e prova de vida em novas regras

BRASÍLIA - O governo federal vai propor ao Congresso, em novembro, um projeto de lei com novas regras para acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), que paga um salário mínimo por mês a pessoas com deficiência e idosos de baixa renda. O programa entrou na mira do Executivo por suspeitas de fraudes, no momento em que a equipe econômica prepara um pacote com corte de gastos.

A ideia é deixar o BPC com regras de adesão e permanência semelhantes às do Bolsa Família. Isso vai incluir um cruzamento mensal de dados, por exemplo, o que não ocorre hoje.

O governo já adotou algumas medidas, com uma revisão que acontece desde agosto. Só nesta semana, 400 mil pessoas que recebem o BPC e que não estão no Cadastro Único para benefícios sociais do governo (CadÚnico) tiveram o pagamento bloqueado.

Uma crítica de técnicos do governo é que o BPC não é revisado como deveria, sem cruzamentos de CPFs com o CadÚnico, por exemplo, o

que abre brecha para que milhares de pessoas que não têm direito estejam recebendo o benefício.

A lei de criação do BPC prevê a revisão de cadastros de beneficiários para apurar se as condições que deram origem ao benefício persistem, mas isso não é

PENTE-FINO

Só nesta semana, 400 mil pessoas que não estão no CadÚnico foram bloqueadas

comum. A última vez que o pente-fino aconteceu foi durante o segundo governo Lula, entre 2008 e 2009.

O QUE PREVÊ O PROJETO

Pelo projeto, será exigida a realização prova de vida anual, como já ocorre no Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) para os aposentados, reconhecimento facial e biometria para concessão e manutenção dos pagamentos. Os beneficiários poderão atualizar seu cadastro por meio de aplicativo de celular e também nos Centros de Referência de Assistência Social (Cras) dos municípios.

Site: <https://extra-globo.pressreader.com/extra>

Um milhão de CPFs irregulares

Técnicos do Ministério de Desenvolvimento Social estimam que o cadastro do BPC tenha pelo menos 1 milhão de CPFs com algum tipo de irregularidade, o que não significa que todo esse contingente deixará de receber o benefício. Mas, para seguir tendo direito ao saque, a pessoa precisará comprovar que se enquadra nas regras do programa.

Cabe ao ministério administrar o CadÚnico e validar a base de dados, sobretudo do critério de renda domiciliar, enquanto a **Previdência Social** fica com a realização dos exames médicos. A data em que o projeto será enviado ao Congresso será definido pela Casa Civil, comandada por Rui Costa.

Integrantes do governo acreditam que não haverá re-

sistências ao texto no Congresso, especialmente porque há expectativa de economia de R\$ 1 bilhão a R\$ 3 bilhões por ano com a revisão eficiente dos cadastros do BPC.

Técnicos da área econômica avaliam que o índice de fraudes no benefício pode chegar a 30%. As despesas com o BPC começaram a aumentar além do esperado no segundo semestre de 2022.

Site: <https://extra-globo.pressreader.com/extra>

Último dia para agendar o recenseamento obrigatório - SERVIDOR

Gustavo Silva

Os pensionistas do estado do Rio têm somente até hoje para agendar o recenseamento obrigatório. Este é o último mês do calendário de compa-recimento, que começou em novembro de 2023.

O Fundo Único de **Previdência Social** do Estado do Rio de Janeiro (Rioprevidên-cia) está conduzindo o procedimento desde o último ano, para regularizar a situação dos pensionistas e garantir a continuidade dos pagamentos. O não comparecimento ao recenseamento pode resultar na suspensão do pagamento do benefício.

Para agendar o comparecimento, basta realizar o a g e n - d a m e n t o p e l o s i t e o f i c i a l (www.rj.gov.br/riopreviden-cia), ou pelo telefone. As ligações podem ser feitas para o número 0800-2858191, disponível para chamadas de telefone fixo, ou para o (21) 3850-3350, que atende tanto fixos quanto celulares.

Governo do Rio vai promover mudanças na estrutura da Seap

O governo estadual do Rio anunciou uma reforma na Secretaria de Administração Penitenciária (Se-ap), que tem como objetivo melhorar a gestão das unidades prisionais, "refletindo uma nova abordagem na organização da secretaria, com foco na eficiência e agilidade na tomada de decisões".

Uma das principais mudanças é a criação de duas superintendências dentro da Subsecretaria de Gestão Operacional (Subop). A primeira será responsável por gerenciar os procedimentos operacionais das unidades da capital, enquanto a segunda se concentrará nas unidades isoladas e no interior do estado.

Site: <https://extra-globo.pressreader.com/extra>

Câmara rejeita incluir imposto sobre grandes fortunas na reforma tributária

AGÊNCIA CÂMARA

A Câmara dos Deputados concluiu a votação do projeto que regulamenta a gestão e a fiscalização do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que vai substituir o ICMS (estadual) e o ISS (municipal). O Projeto de Lei Complementar (PLP) 108/24 é o segundo texto de regulamentação da **reforma tributária** e será enviado ao Senado.

Os deputados rejeitaram, por 262 a 136, a inclusão do imposto sobre grandes fortunas na **reforma tributária**. O PSB e as federações PT-PCdoB-PV e PSOL/Rede orientaram voto favorável ao imposto. O governo liberou a bancada, porque tem partidos que têm opiniões diferentes. O imposto sobre grandes fortunas foi uma sugestão do PSOL, que apresentou uma emenda ao texto. Pela sugestão, seria considerada grande fortuna um conjunto de bens superior a R\$ 10 milhões.

Entre outros pontos, o projeto aprovada na Câmara também regulamenta a incidência do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doações (ITCMD) e permite o uso da contribuição de iluminação pública para custear câmeras de vigilância.

O Plenário da Câmara votou ontem destaques apresentados pelos partidos na tentativa de alterar o texto do relator, deputado Mauro Benevides Filho (PDT-CE). Algumas das mudanças sugeridas foram incorporadas por ele com a aprovação de uma nova emenda, como a retirada da incidência do ITCMD sobre pagamentos de planos de **previdência complementar** (PGBL e VGBL). Essa medida foi proposta pelo deputado Domingos Neto (PSD-CE).

A emenda também prevê a exclusão de multas e a não representação fiscal para fins penais contra o contribuinte se o processo administrativo tiver sido resolvido a favor do Fisco por voto de desempate do presidente da câmara de julgamento.

Outro ponto aceito pelo relator e pelo Plenário é que não serão considerados fato gerador do tributo os atos societários que resultem em benefícios desproporcionais para determinado sócio ou acionista sem justificativa "passível de comprovação" quando beneficiar pessoas vinculadas.

Um exemplo seria a transferência de controle acionário de um acionista prestes a falecer para outro da mesma família sem contrapartida que justifique a transação.

Por fim, a emenda aprovada prevê o recálculo da alíquota em um segundo momento de transmissão de bens por causa mortis se valores de aplicações financeiras tiverem sido transmitidos aos herdeiros em momento anterior, somando o valor total de bens transmitidos para fins de aplicação da progressividade de alíquota.

COMITÊ GESTOR Segundo o texto aprovado, o Comitê Gestor do IBS (CG-IBS) reunirá representantes de todos os entes federados para coordenar a arrecadação, a fiscalização, a cobrança e a distribuição desse imposto aos entes federados, elaborar a metodologia e o cálculo da alíquota; entre outras atribuições.

Site: <https://www.gazetadealagoas.com.br/edicao-digital/Page?editionId=6371>

Caixa conclui pagamento da parcela de outubro do Bolsa Família

Agência Brasil

A Caixa Econômica Federal conclui o pagamento da parcela de outubro do novo Bolsa Família. Recebem nesta quinta-feira (31) os beneficiários com Número de Inscrição Social (NIS) de final 0.

O valor mínimo corresponde a R\$ 600, mas com o novo adicional o valor médio do benefício subiu para R\$ 678,46. Segundo o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, neste mês o programa de transferência de renda do Governo Federal alcançou 20,73 milhões de famílias, com gasto de R\$ 14,03 bilhões.

Além do benefício mínimo, há o pagamento de três adicionais. O Benefício Variável Familiar Nutriz paga seis parcelas de R\$ 50 a mães de bebês de até seis meses de idade, para garantir a alimentação da criança. O Bolsa Família também paga um acréscimo de R\$ 50 a famílias com gestantes e filhos de 7 a 18 anos e outro, de R\$ 150, a famílias com crianças de até 6 anos.

No modelo tradicional do Bolsa Família, o pagamento ocorre nos últimos dez dias úteis de cada mês. O beneficiário poderá consultar informações sobre as datas de pagamento, o valor do benefício e a composição das parcelas no aplicativo Caixa Tem, usado para acompanhar as contas poupança digitais do banco.

Moradores do Rio Grande do Sul, afetados por enchentes de abril a junho, do Amazonas e do Acre, afetados pela seca, receberam o pagamento do Bolsa Família de forma unificada no último dia 18, independentemente do número do NIS. O pagamento unificado também beneficiou 62 municípios do Amazonas, 52 de Rondônia e 22 do Acre afetados pela estiagem e pela vazante dos rios, 45 municípios de São Paulo atingidos por incêndios florestais e oito municípios de Sergipe afetados por fortes chuvas.

A partir deste ano, os beneficiários do Bolsa Família não têm mais o desconto do Seguro Defeso. A mudança foi estabelecida pela Lei 14.601/2023, que resgatou o Programa Bolsa Família. O Seguro Defeso é pago a pessoas que sobrevivem exclusivamente da pesca artesanal e que não podem exercer a atividade durante o período da piracema (reprodução dos

peixes).

Regra de proteção

Cerca de 2,88 milhões de famílias estão na regra de proteção em outubro. Em vigor desde junho do ano passado, essa regra permite que famílias cujos membros consigam emprego e melhorem a renda recebam 50% do benefício a que teriam direito por até dois anos, desde que cada integrante receba o equivalente a até meio salário mínimo. Para essas famílias, o benefício médio ficou em R\$ 371,42.

Cadastro

Desde julho do ano passado, passa a valer a integração dos dados do Bolsa Família com o Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS). Com base no cruzamento de informações, cerca de 200 mil famílias foram canceladas do programa neste mês por terem renda acima das regras estabelecidas pelo Bolsa Família. O CNIS conta com mais de 80 bilhões de registros administrativos referentes a renda, vínculos de emprego formal e benefícios previdenciários e assistenciais pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**).

Em compensação, outras 400 mil famílias foram incluídas no programa em outubro. A inclusão foi possível por causa da política de busca ativa, baseada na reestruturação do Sistema Único de Assistência Social (Suas) e que se concentra nas pessoas mais vulneráveis que têm direito ao complemento de renda, mas não recebem o benefício.

Auxílio Gás

O Auxílio Gás também será pago nesta quinta-feira às famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), com NIS final 0. O valor subiu para R\$ 104 neste mês.

Com duração prevista até o fim de 2026, o programa beneficia cerca de 5,5 milhões de famílias. Com a aprovação da Emenda Constitucional da Transição, no fim de 2022, o benefício foi mantido em 100% do preço médio do botijão de 13 kg.

Só pode receber o Auxílio Gás quem está incluído no CadÚnico e tenha pelo menos um membro da família

que receba o Benefício de Prestação Continuada (BPC). A lei que criou o programa definiu que a mulher responsável pela família terá preferência, assim como mulheres vítimas de violência doméstica.

Site:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2024-10/caixa-conclui-pagamento-da-parcela-de-outubro-do-bolsa-familia>

Senado aprova projeto que libera aposentado com incapacidade permanente de perícias frequentes

Por Sara Curcino, g1 e TV Globo

O Senado aprovou nesta quarta-feira (30) um projeto que dispensa de perícia frequente pessoas com incapacidade permanente, incluindo HIV, Alzheimer, Parkinson e esclerose lateral amiotrófica (ELA).

Trata-se da inspeção periódica, exigida pelo Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), para comprovar a necessidade do segurado de receber aposentadoria por invalidez ou auxílio-doença (temporário).

Para começar a valer, o texto ainda precisa passar pela sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Hoje, quem recebe os benefícios pode ser convocado a qualquer momento para a perícia médica. Pessoas com HIV já são liberadas nesse caso. A proposta aprovada pelo Congresso inclui mais três doenças.

Mesmo que o beneficiário não se enquadre nessas condições, caso a avaliação médica comprove uma incapacidade permanente, irreversível ou irrecuperável, ou seja, sem cura, não será mais necessária a revisão.

Esta última regra, da incapacidade permanente, valerá também para o Benefício de Prestação Continuada (BPC) que, por lei, deve ser revisto a cada dois anos. O BPC é um salário-mínimo pago a pessoas com deficiência e idosos.

A exceção para todos os casos será diante de apuração de fraude ou erro nos pagamentos.

Site:

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2024/10/31/senado-aprova-projeto-libera-aposentado-com-incapacidade-pericias.ghtml>

Valorizando os servidores - DO ALTO DA TORRE

Lucas Valença

O reforço na equipe de **servidores públicos** chegou, no Dia do Servidor, à nomeação dos 7,8 mil novos profissionais de janeiro a setembro de 2024 pelo governador Ibaneis Rocha. A lista contemplou as áreas mais sensíveis da administração, como Saúde, Educação e Segurança. Apenas em uma única ocasião, foi feito o chamamento de 3,1 mil concursados. O Dia do Servidor Público foi comemorado na última segunda-feira, 28 de outubro, para a qual foi estabelecido ponto facultativo no Distrito Federal. A data surgiu em 1943, por decisão do então presidente Getúlio Vargas. "Estamos seguindo a orientação do governador Ibaneis Rocha: trabalhar com planejamento, segurança jurídica, orçamentária e financeira. Investindo na qualidade de vida do servidor público do DF para que isso reflita lá na ponta, na melhoria do atendimento às demandas da população do DF", afirma o secretário de Economia, Ney Ferraz (foto). Do ponto de vista de recomposição salarial, o GDF quitou, em agosto, a segunda parcela do reajuste linear de 18%. Cerca de 200 mil ativos, aposentados e pensionistas da administração direta, autárquica e fundacional foram beneficiados com a medida. O reajuste incide sobre vencimentos, proventos e pensões do funcionalismo local e foi dividido em três etapas de pagamento. A terceira será efetuada em 2025 (6%), num total de 18%. O custo para os cofres, só neste ano, foi estimado em mais de R\$ 2,6 bilhões. Além disso, o GDF tomou outras medidas relevantes para estimular o desempenho e elevar a satisfação funcional. Fortaleceu e ampliou, por exemplo, o GDF Saúde - que hoje é aceito por hospitais de referência como o Sírrio-Libanês, de Brasília. O governo também criou um auxílio odontológico para todos os servidores, que já podem aderir a planos do mercado, com o subsídio de até R\$ 30 na mensalidade. Os servidores também se beneficiaram com um convênio firmado entre a Secretaria de Economia (Seec) e instituições financeiras para oferta de adiantamento salarial sem juros.

Agaciel em plena campanha Se alguém duvida de que o secretário de Relações Institucionais, Agaciel Maia, pretende retomar uma cadeira no Legislativo é só acompanhar o seu dia a dia. À parte o seu trabalho habitual, Agaciel não perde um evento com público privilegiado. Nesta quarta-feira, fez questão de

acompanhar a governadora em exercício, Celina Leão (foto/ D), na entrega de residências a 40 famílias da região. A ideia de Agaciel é estar presente em todos os atos que fortaleçam a comunidade. Não é para menos. Na eleição passada, Agaciel recebeu 17 mil votos para se reeleger distrital, mas foi prejudicado pela legenda. Teve votação maior do que sete distritais eleitos, mas foi ultrapassado por colegas de partido. Desta vez não deixará a oportunidade passar.

Com Trump e pelo voto impresso A deputada brasileira Bia Kicis andou meio sumida, na verdade por estar trabalhando na campanha de candidatos a vereador e prefeitos com um ponto em comum: todos bolsonaristas-raiz. No seu retorno, porém, mostrou que continuará em campanhas com o mesmo perfil. Primeiro, deu um jeito de, como líder, presidir a prestigiosa Comissão de Constituição e Justiça, uma vez que nela estavam presentes defensores (foto) de uma tese que todos davam como sepultada, mas ainda está viva, a do voto impresso. Mas suas campanhas não param por aí.

Está trabalhando para eleger, imaginem quem? Ele mesmo, Donald Trump. Deu jeito de tirar uma foto com outros bolsonaristas de carteirinha para lembrar (foto).

Mais espaço para cadeirantes no transporte coletivo A Comissão de Transporte e Mobilidade Urbana (CTMU) se reuniu nesta quarta-feira e aprovou projeto de autoria do distrital Eduardo Pedrosa (foto) que altera a "Política Distrital para Integração da Pessoa com Deficiência". A medida estabelece a inclusão de mais áreas reservadas para cadeirantes nos ônibus do sistema de transporte público do DF. Pedrosa destaca que, apesar das normas existentes, muitas pessoas que usam cadeiras de rodas ainda enfrentam barreiras significativas, inclusive no acesso a ônibus adaptados.

Segundo ele, garantir o direito de ir e vir é fundamental para a participação plena dos cadeirantes na vida social. O distrital destaca que a atual reserva é insuficiente, considerando a demanda real da população, que inclui 3,8% de pessoas com deficiência, segundo dados da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios de 2021. "É necessário que esse segmento da população tenha acesso aos serviços comuns, garantindo sua integração e inclusão na vida social, cultural, econômica e política da comunidade. Devemos viabilizar o acesso aos

veículos de transporte coletivo às pessoas com deficiência", afirmou o distrital. O relator, deputado Max Maciel, destacou que a proposta se alinha à promoção dos direitos das pessoas com deficiência e à acessibilidade no transporte público, tema que ganhou relevância nos últimos anos. Ele mencionou que outras cidades, como Maceió, já adotaram medidas semelhantes, garantindo duas vagas para cadeirante em todos os veículos de transporte coletivo desde 2016. A CTMU também votou pela aprovação de projeto do distrital Max Maciel, que visa garantir a publicidade de dados abertos relacionados ao sistema de transporte público coletivo do Distrito Federal. O objetivo, conforme o texto, é aumentar a transparência na gestão pública, disponibilizando informações previstas sobre a quantidade de viagens, a frota operante, receitas, despesas e outros dados relevantes do transporte coletivo. A medida pretende garantir que os cidadãos tenham acesso a informações precisas e claras, promovendo uma gestão pública mais responsável e eficiente.

Contra candidatura de José Dirceu pelo Distrito Federal A senadora brasiliense Damares Alves (foto) comunicou que poderá ir às ruas para alertar a população contra a eleição do ex-ministro José Dirceu. Ela não falou em recorrer da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que anulou provas contra o ex-ministro, obtidas no contexto da operação Lava Jato.

Damares lamentou que a anulação coincida com o Dia de Prevenção à Lavagem de Dinheiro, data reconhecida por órgãos internacionais, incluindo a ONU. Sabe, porém, que não há recurso jurídico possível, uma vez que a decisão é do próprio Supremo. Damares teme, em especial, que a possível candidatura de Dirceu ocorra no Distrito Federal. Que recado estamos passando para as novas gerações? O crime compensa? Há impunidade no Brasil? Que recado estou dando às crianças do Brasil com a notícia de que José Dirceu está inocentado dos esquemas de corrupção pelos quais foi condenado", questionou Damares. O pronunciamento da senadora reflete um crescente descontentamento entre parlamentares não petistas em relação a decisões judiciais que favorecem políticos envolvidos em escândalos de corrupção.

Estupro A propósito, Damares aprovou ontem no Senado, com a bancada feminina, a lei que amplia a punição ao estupro. Aproveitou para contar sua história. Disse que foi estuprada dos 6 aos 8 anos, "o que levou à história que todos conhecem, de minha tentativa de suicídio em cima da goiabeira". Voltou a encontrar o estuprador quando tinha 24 anos. E, revelou a senadora, quando foi estuprada, o criminoso era pastor evangélico. Quando o encontrou, após ele estuprar vários meninos, era padre. A declaração foi

feita durante a aprovação do substitutivo que cria um Cadastro Nacional de Pedófilos e Predadores Sexuais, baseado nos dados do Cadastro Nacional de Pessoas Condenadas por Crime de Estupro, para permitir a consulta pública do nome completo e cadastro de pessoa física das pessoas condenadas por esse crime. Trata-se de medida que representa uma importante ferramenta para aumentar a segurança da sociedade, especialmente para as mulheres, crianças e adolescentes. O substitutivo também objetiva dar mais transparência ao sistema de justiça ao retirar o sigilo dos dados do réu após a condenação em primeira instância, quando a presunção de inocência cai.

Site:

<https://edicaodigital.jornaldebrasil.com.br/publ/jornaldebrasil/?edicao=18211>

Câmara rejeita taxar grandes fortunas

» **RAFAELA GONÇALVES**

Após dois meses de espera, a Câmara dos Deputados concluiu a votação dos destaques do Projeto de Lei Complementar (PLP) 108/24, que institui o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (CG-IBS). Este é o segundo projeto de regulamentação da **reforma tributária**, que seguiu para apreciação do Senado.

O texto principal do projeto havia sido aprovado em agosto, por 303 votos a 142. No entanto, ficou pendente a análise de sete emendas propostas pelos partidos para serem decididas no voto.

A paralisação da pauta se deu pela falta de acordo a respeito das emendas e em razão do esvaziamento do Congresso no período das eleições municipais.

Os deputados rejeitaram por 262 votos a 136 o destaque que instituiu o Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF), destinado a bens a partir de R\$ 10 milhões.

A proposta tinha como objetivo a tentativa de reduzir as desigualdades econômicas e garantir que contribuintes com maior capacidade financeira contribuam proporcionalmente mais para os cofres públicos.

A maioria dos partidos orientaram contra a emenda. Um dos argumentos centrais em oposição ao imposto é a dificuldade histórica de muitos países em implementá-lo, efetivamente, sem prejudicar o ambiente econômico ou estimular a evasão fiscal.

"Os milionários têm grande staff contábil e jurídico, e obviamente não vão deixar o dinheiro na conta. O que eles fazem em todos os países é retirar o dinheiro do país, ao invés de aumentar a arrecadação", destacou Gilson Marques (Novo-SC).

"As pessoas parecem que têm inveja de quem é rico no Brasil", disse a deputada Eliza Virgínia (PP-PB), que afirmou que o imposto desestimularia investimentos.

"São os milionários os responsáveis por grande parte da geração de empregos no país.

Quanto mais fortunas mais emprego existe e as pessoas vão crescendo igualitariamente. É notório que quando se taxa grandes fortunas as pessoas migram

para outros lugares", contrapôs.

O tema polêmico, defendido pelo Executivo, foi alvo de divergência dentro da própria base governista, que liberou a bancada da orientação de voto. Pela proposta, o tributo seria anual, com alíquotas de 0,5% para bens entre R\$ 10 milhões a R\$ 40 milhões; de 1% acima de R\$ 40 milhões até R\$ 80 milhões; e de 1,5% acima de R\$ 80 milhões.

O relator do grupo de trabalho da reforma na Câmara, deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), defendeu que a taxação das grandes fortunas já tem previsibilidade constitucional. "Os 38 países mais ricos da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) tributam o dobro do que o Brasil tributa em renda e patrimônio.

Portanto o Brasil fez uma opção histórica de tributar os mais pobres", destacou.

Apesar da derrota, o parlamentar disse acreditar que o tema vai avançar no âmbito do G20 - grupo das 19 maiores economias do planeta, mais União Europeia e União Africana.

A proposta para taxação global dos chamados "super-ricos" é a principal bandeira do Brasil, que ocupa a presidência rotativa do grupo.

Transição O Comitê Gestor será responsável por coordenar a arrecadação, a fiscalização, a cobrança do IBS, que substituirá o ICMS e o ISS. Ele vai conduzir a transição do atual modelo tributário para o novo modelo. Segundo o texto aprovado, o colegiado será uma entidade pública sob regime especial, dotada de independência orçamentária, técnica e financeira, sem vinculação a nenhum outro órgão público.

A lógica desse mecanismo é evitar a chamada "guerra fiscal", fenômeno decorrente da disputa entre estados e municípios para oferecer maiores benefícios fiscais ao setor produtivo, prática que acabou comprometendo o orçamento de diversas unidades da federação.

A composição desse comitê, no entanto, também é um tema sensível. Partidos da oposição, que acumulam posturas contrárias à **reforma tributária**, alegam que a entidade retira a autonomia do Legislativo e dos entes federados, acumulando autoridade em um órgão central. "É o fim do Federalismo, o fim do Congresso

Nacional e da capacidade autônoma de decidir sobre **tributos** locais", disse o deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PL-SP), vice-líder do PL.

Embora a coordenação fique a cargo do comitê gestor, as atividades efetivas de fiscalização, lançamento, cobrança e inscrição em dívida ativa do IBS continuarão a ser realizadas pelos estados, pelo Distrito Federal e pelos municípios. Entre outros pontos, o projeto também regulamenta a incidência do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doações (ITCMD) e permite o uso da contribuição de iluminação pública para custear câmeras de vigilância.

O primeiro texto da regulamentação, aprovado em julho na Câmara e em tramitação no Senado, definiu os alimentos da Cesta Básica Nacional isenta de **impostos**, como será o cashback para famílias de baixa renda, além das regras para as cobranças dos três **impostos** sobre o consumo (IBS, CBS e Imposto Seletivo) criados pela reformulação do sistema tributário.

Com a aprovação do PLP 108, a Câmara finalizou a análise do segundo projeto da regulamentação.

A aprovação da **reforma tributária** depende, agora, integralmente, da análise dos senadores.

No entanto, caso os projetos sofram alterações, precisarão passar por nova análise dos deputados.

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/6580/30-10-2024.html?all=1>

Haddad: Governo vai se dedicar à reforma do IR em 2025

Ao comentar a aprovação do PLP 108/2024 na Câmara, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou, ontem, que o próximo ano será dedicado à **reforma tributária** da renda. Para Haddad, ainda em 2024, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva vai sancionar a regulamentação da **reforma tributária** sobre o consumo.

"A partir do ano que vem, nós vamos nos debruçar sobre o Imposto de Renda, que também tem muitas distorções.

Nós precisamos endereçar esse assunto para ter um sistema tributário mais justo", comentou o ministro. Lula já determinou que a pasta encontre uma alternativa para isentar o imposto de contribuintes com renda de até R\$ 5 mil por mês.

A equipe econômica busca formas de compensação para cumprir a promessa de campanha do governo.

"Nós promulgamos a Emenda Constitucional no ano passado e, neste ano, deveremos concluir a votação da regulamentação, que virá à sua sanção ainda em 2024", destacou Haddad, ao participar do anúncio de investimentos no programa Nova Indústria Brasil (NIB), no Palácio do Planalto.

Apesar do ânimo do governo com a conclusão da reforma sobre consumo, senadores preparam uma série de alterações na primeira parte do projeto, o que obrigará o texto a retornar para a Câmara, podendo atrasar as previsões de Haddad.

Desafios Especialistas avaliam que haverá grandes desafios na composição e na gestão do Comitê Gestor do IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), que seguiu para apreciação dos senadores.

Marcelo Costa Censoni Filho, sócio do Censoni Advogados Associados, chama a atenção para a composição paritária do Comitê Gestor do IBS, que pode gerar impasses, favorecendo estados mais populosos nas decisões sobre a distribuição de receitas.

"A representatividade populacional pode influenciar as decisões em detrimento dos interesses dos municípios menores, que são mais vulneráveis", alerta.

"A necessidade de um quórum qualificado para as decisões do comitê pode criar uma dinâmica de poder que favorece estados maiores, colocando os municípios de menor porte em desvantagem", avalia.

Sobre a judicialização, ele aponta que há um consenso de que é um cenário praticamente inevitável.

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/6580/30-10-2024.html?all=1>

Deputados rejeitam imposto sobre grandes fortunas

RAFAELA GONÇALVES

A Câmara dos Deputados concluiu ontem a votação dos destaques do Projeto de Lei Complementar (PLP) 108/24, que institui o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (CG-IBS) no âmbito da **reforma tributária**. Os deputados rejeitaram por 262 votos a 136 a emenda que previa a taxação de grandes fortunas, a partir de R\$ 10 milhões.

A maioria dos partidos foi contra a emenda. O tema polêmico, defendido pelo Executivo, foi alvo de divergência dentro da própria base governista, que liberou a bancada da orientação de voto. "Os milionários têm grande staff contábil e jurídico, e obviamente não vão deixar o dinheiro na conta. O que eles fazem em todos os países é retirar o dinheiro do país, em vez de aumentar a arrecadação", argumentou Gilson Marques (Novo-SC).

"As pessoas parecem que tem inveja de quem é rico no Brasil", disse a deputada Eliza Virgínia (PP-PB). "Só que as grandes fortunas e os ricos produzem emprego, quanto mais fortunas mais emprego existe e as pessoas vão crescendo igualitariamente. É notório que quando se taxa grandes fortunas as pessoas migram para outros lugares", completou.

Pela proposta, o tributo seria anual, com alíquotas de 0,5% para bens entre R\$ 10 milhões a R\$ 40 milhões; de 1% acima de R\$ 40 milhões até R\$ 80 milhões; e de 1,5% acima de R\$ 80 milhões.

O relator do grupo de trabalho da reforma na Câmara, deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), defendeu que a taxação das grandes fortunas já tem previsibilidade constitucional. "Os 38 países mais ricos da OCDE tributam o dobro do que o Brasil tributa em renda e patrimônio. Portanto, o Brasil fez uma opção histórica de tributar os mais pobres", destacou. Apesar da derrota, o parlamentar disse acreditar que o tema vai avançar no âmbito do G20.

Site: <https://digital.em.com.br/estadodeminas>

Mudança de última hora

A Câmara dos Deputados concluiu ontem a votação do segundo projeto de regulamentação da **reforma tributária** e decidiu retirar do texto a proposta que autorizava estados a taxarem os recursos aportados em planos de previdência privada transmitidos a beneficiários por meio de herança.

A medida chegou a ser incluída, a pedido dos estados, na minuta elaborada pelo governo para envio ao Congresso Nacional, mas foi excluída de última hora por decisão do presidente Lula diante da repercussão negativa da proposta.

Na tramitação, o dispositivo foi retomado pelo relator, deputado Mauro Benevides (PDT-CE), com ajustes. A incidência ocorreria para planos do tipo VGBL com prazo inferior a 5 anos, enquanto os demais ficariam isentos. O texto-base foi aprovado em agosto, mas ainda restava pendente um destaque para votação em separado de uma emenda que buscava derrubar a cobrança.

Antes da apreciação do destaque em plenário nesta quarta-feira, Benevides apresentou uma emenda propondo a retirada do trecho que tratava da cobrança do Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCMD) sobre os planos de previdência.

Com o acordo, a emenda foi aprovada por 403 votos, e os demais destaques caíram, foram rejeitados ou retirados. Agora, o texto avança para o Senado Federal.

Alguns estados já cobram o ITCMD sobre planos de previdência privada do tipo PGDL e VGBL.

No entanto, as regras não são homogêneas e enfrentam questionamentos na Justiça.

O objetivo da mudança era uniformizar as normas em âmbito nacional e dar maior segurança jurídica à cobrança do tributo quando o plano tem caráter sucessório, para transmitir patrimônio.

No entanto, a medida enfrentou resistências.

O relator também incorporou na emenda a não incidência do ITCMD sobre atos societários que "resultem em benefícios desproporcionais" para sócio ou acionista sem justificativa negocial passível de comprovação, entre elas distribuição desproporcional de dividendos e operações que resultem na

transferência de controle acionário de uma pessoa prestes a falecer para outro da mesma família.

Grandes fortunas Em votação, o plenário rejeitou uma emenda da federação PSOL/Rede que buscava instituir o Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF) sobre patrimônios maiores que R\$ 10 milhões.

A alíquota proposta pelos parlamentares seria progressiva, de 1% a 3% nos primeiros cinco anos de vigência e de 0,5% a 1,5% após esse período, conforme o valor do patrimônio. A emenda foi rejeitada por 262 votos a 136.

O segundo projeto de regulamentação da **reforma tributária** trata das regras do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) de estados e municípios, que será criado pela reforma no lugar do ICMS e ISS. O texto também altera regras do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) e do ITCMD.

Site:

<https://edicaodigital.jornaldebrasil.com.br/publ/jornaldebrasil?edicao=18211>

Câmara rejeita tributar grandes fortunas

IANDER PORCELLA BRASÍLIA

A Câmara concluiu ontem a votação do segundo projeto de regulamentação da **reforma tributária**, que vai agora para a análise do Senado. Os deputados rejeitaram a tributação sobre grandes fortunas. Também retiraram a cobrança de imposto sobre herança de fundos de previdência privada e sobre a distribuição desproporcional de lucros entre sócios.

Além disso, os parlamentares autorizaram a transferência de créditos de ICMS ou do futuro Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) entre empresas do mesmo grupo econômico.

O texto-base do projeto foi aprovado em agosto, mas a votação de alguns destaques havia sido adiada, na ocasião, pelo presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL). Lira chegou a dizer a aliados que só retomaria a análise da proposta depois que o Senado aprovasse o primeiro projeto da regulamentação da reforma, mas mudou de ideia.

Para viabilizar a aprovação do texto, o relator da proposta na Câmara, Mauro Benevides Filho (PDT-CE), elaborou uma emenda aglutinativa com mudanças que foram negociadas com os deputados.

As alterações propostas pelo parlamentar foram aprovadas com 404 votos favoráveis e nenhum contrário.

GRANDES FORTUNAS. O plenário rejeitou um destaque do PSOL para a criação de um imposto sobre grandes fortunas. A medida, proposta pelo deputado Ivan Valente (PSOL-SP), recebeu 262 votos contrários e 136 favoráveis. Apenas a federação liderada pelo PT, o PSB e o próprio PSOL orientaram voto a favor.

O governo decidiu não se posicionar e liberou a base aliada para votar como quisesse.

A cobrança do Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD), o imposto sobre herança, nos planos de previdência privada, como VGBL, foi retirada do texto por meio da emenda aglutinativa proposta por Benevides.

O secretário extraordinário da **Reforma Tributária** do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, defendia essa tributação e disse, em entrevista ao Estadão/Broadcast, que previdência privada era

aplicação financeira e precisava pagar imposto de herança.

Benevides também acatou, na emenda aglutinativa, outras duas mudanças pleiteadas pelos deputados: a retirada da cobrança do ITCMD sobre a distribuição desproporcional de lucros entre sócios de empresas e a rejeição da proibição de transferência de créditos de ICMS, ou do futuro IBS, entre companhias do mesmo grupo econômico. O segundo projeto de regulamentação da tributária também institui o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e trata da distribuição das receitas para Estados e municípios.

Lira travou a votação dos destaques em agosto, após o governo sinalizar que retiraria a urgência da primeira proposta a pedido do Senado. Agora, contudo, os senadores já têm um calendário definido para a tramitação do texto.

Tanto Lira quanto o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), querem deixar a **reforma tributária** como legado de seus mandatos à frente das duas Casas legislativas. Em fevereiro ocorrerá uma nova eleição para as mesas diretoras do Congresso e nenhum dos dois poderá concorrer à reeleição.

A emenda constitucional da **reforma tributária** foi aprovada em dezembro de 2023, mas ainda é preciso regulamentar as mudanças na Constituição por meio de projetos de lei.

Alívio Deputados também vetaram proposta de tributação de herança via fundos de previdência

Haddad diz esperar a conclusão da **reforma tributária** neste ano

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse ontem que o Brasil verá a conclusão da votação da **reforma tributária** ainda este ano e que, em 2025, será a vez de mudanças na cobrança do Imposto de Renda.

"Outra boa notícia é que nós vamos concluir, e isso dito pelo presidente do Senado (Rodrigo Pacheco - PSD-MG), a votação da **reforma tributária**, que é a maior reforma da história deste País feita sob o regime democrático", disse ele, na cerimônia Nova Indústria Brasil - Missão 3: Mobilidade Verde e Cidades Sustentáveis, realizada no Palácio do Planalto.

Haddad voltou a enfatizar que a **reforma tributária**

não saiu de nenhum gabinete ou decreto-lei, mas da participação de toda a sociedade.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Reforma tributária pode levar a aumento histórico nas tarifas de água e esgoto

O setor de saneamento básico, um dos pilares da saúde pública no Brasil, está sob risco de um aumento recorde nas tarifas de água e esgoto. É o que aponta estudo da GO Associados encomendado pela Associação e Sindicato Nacional das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto (Abcon Sindicon) sobre os impactos no setor da proposta de **reforma tributária** em tramitação no Congresso Nacional.

Projeções feitas pelo estudo mostram que a carga sobre o segmento pode passar de 9,25% para 26,5%. Essa elevação terá como consequência um aumento estimado de 18% nas tarifas do setor, afetando diretamente quase 90% dos consumidores residenciais com contas de água e esgoto mais altas. "O setor solicita somente que haja a neutralidade tributária, como foi demonstrado no estudo", diz Christiane Dias Ferreira, diretora-executiva da Abcon Sindcon.

Levantamentos realizados pela Associação Brasileira das Empresas Estaduais de Saneamento (Aesbe) mostram também que, se não houver revisão contratual e tarifária, a geração de excedentes no setor será reduzida em torno de 50%. "A população acabará arcando com os custos adicionais, havendo maior preocupação com o acesso de populações mais pobres, que serão sacrificadas pelos impactos significativos sobre o preço a ser pago pelos serviços", afirma Neuri Freitas, presidente da Aesbe.

Para as entidades que representam o setor e investidores, o ramo de saneamento não tem sido tratado de maneira isonômica na proposta de **reforma tributária** em tramitação. Eles argumentam que, enquanto o projeto atual propõe a redução de **impostos** para setores como saúde e educação, o saneamento básico não recebeu o mesmo tratamento, apesar de sua relevância direta para a saúde pública.

"No Brasil, mais de 30 milhões de pessoas não têm água tratada e cerca de 100 milhões não têm esgotamento sanitário. O saldo de investimento necessário é, no mínimo, dobrar o volume anual. Isso seria algo sem precedentes", diz Gesner Oliveira, sócio-fundador da GO Associados e um dos autores do estudo.

O estudo ainda traz um alerta: ao elevar a tributação do setor para níveis que o segmento considera insustentáveis, pode-se criar um cenário em que a universalização do saneamento não só seja postergada, mas também talvez até se torne inatingível.

O levantamento aponta, no entanto, que é possível reverter esse cenário com a adoção de uma alíquota reduzida para o saneamento, de forma semelhante ao que ocorre com os setores de saúde e educação. A proposta da Abcon Sindcon e da Aesbe é a redução de 60% na carga total proposta pela **reforma tributária**, de 26,5% para 10,8%. Com isso, seria possível minimizar os impactos para a sociedade e preservar os investimentos do setor. Caso a proposta das entidades seja aprovada, o efeito nas contas dos consumidores será apenas residual, uma leve alta de 0,6%.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Reforma tributária pode levar a aumento histórico nas tarifas de água e esgoto

O setor de saneamento básico, um dos pilares da saúde pública no Brasil, está sob risco de um aumento recorde nas tarifas de água e esgoto.

É o que aponta estudo da GO Associados encomendado pela Associação e Sindicato Nacional das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto (Abcon Sindcon) sobre os impactos no setor da proposta de **reforma tributária** em tramitação no Congresso Nacional.

Projeções feitas pelo estudo mostram que a carga sobre o segmento pode passar de 9,25% para 26,5%.

Essa elevação terá como consequência um aumento estimado de 18% nas tarifas do setor, afetando diretamente quase 90% dos consumidores residenciais com contas de água e esgoto mais altas. "O setor solicita somente que haja a neutralidade tributária, como foi demonstrado no estudo", diz Christiane Dias Ferreira, diretora-executiva da Abcon Sindcon.

Christiane Dias Ferreira, diretora-executiva da Abcon Sindcon, aponta dados levantados pela Associação Brasileira das Empresas Estaduais de Saneamento (Aesbe). As pesquisas mostram que, se não houver revisão contratual e tarifária, a geração de excedentes no setor será reduzida em torno de 50%. "A população acabará arcando com os custos adicionais, havendo maior preocupação com o acesso de populações mais pobres, que serão sacrificadas pelos impactos significativos sobre o preço a ser pago pelos serviços", afirma Neuri Freitas, presidente da Aesbe.

Para as entidades que representam o setor e investidores, o ramo de saneamento não tem sido tratado de maneira isonômica na proposta de **reforma tributária** em tramitação. Eles argumentam que, enquanto o projeto atual propõe a redução de **impostos** para setores como saúde e educação, o saneamento básico não recebeu o mesmo tratamento, apesar de sua relevância direta para a saúde pública.

o mesmo tratamento, apesar de sua relevância direta para a saúde pública.

"No Brasil, mais de 30 milhões de pessoas não têm água tratada e cerca de 100 milhões não têm esgotamento sanitário. O saldo de investimento

necessário é, no mínimo, dobrar o volume anual. Isso seria algo sem precedentes", diz Gesner Oliveira, sócio-fundador da GO Associados e um dos autores do estudo.

IMPACTO NO BOLSO E NA SAÚDE

O estudo ainda traz um alerta: ao elevar a tributação do setor para níveis que o segmento considera insustentáveis, pode-se criar um cenário em que a universalização do saneamento não só seja postergada, mas também talvez até se torne inatingível. O levantamento aponta, no entanto, que é possível reverter esse cenário com a adoção de uma alíquota reduzida para o saneamento, de forma semelhante ao que ocorre com os setores de saúde e educação. A proposta da Abcon Sindcon e da Aesbe é a redução de 60% na carga total proposta pela **reforma tributária**, de 26,5% para 10,8%. Com isso, seria possível minimizar os impactos para a sociedade e preservar os investimentos do setor. Caso a proposta das entidades seja aprovada, o efeito nas contas dos consumidores será apenas residual, uma leve alta de 0,6%.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188029?page=2§ion=1>

Câmara rejeita criação do Imposto sobre Grandes Fortunas

A Câmara dos Deputados rejeitou a criação do Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF) e, com isso, concluiu ontem a segunda etapa da regulamentação da **reforma tributária**. A taxação foi proposta pelo Psol dentro do projeto de lei que cria o comitê-gestor do futuro Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). O texto vai ao Senado.

O comitê-gestor será formado por Estados e municípios para fazer as operações administrativas de fiscalização e repartição do IBS, que substituirá o ICMS e ISS no novo sistema tributário. O projeto estabelece as regras de funcionamento desse comitê e também de transição para o novo regime, como a distribuição dos recursos entre Estados e municípios.

O principal embate em plenário foi a emenda do Psol para criar o Imposto sobre Grandes Fortunas, rejeitada por 262 votos a 136. A proposta era taxar em 0,5% ao ano os patrimônios de R\$ 10 milhões a R\$ 40 milhões, em 1% aqueles entre R\$ 40 milhões e R\$ 80 milhões e em 1,5% as riquezas maiores do que R\$ 80 milhões.

O deputado Ivan Valente (Psol-SP) afirmou que o pagamento seria uma "mixaria" para os multimilionários e ainda contaria com deduções. O parlamentar lembrou que o tributo é previsto na Constituição, mas nunca foi regulamentado.

Já o deputado Gilson Marques (Novo-SC) criticou a proposta de taxação e disse que os ricos vão tirar o dinheiro do Brasil. "Os multimilionários investem na cidade, contratam, investem na economia", afirmou.

A iniciativa recebeu apoio apenas dos partidos de esquerda: Psol, PSB, PT, PCdoB e PV. PSD, MDB, Republicanos e Podemos, da base governista, e o PL e o Novo, de oposição, votaram contra a cobrança dos milionários e bilionários.

A federação União/PP/PSDB/Cidadania/PDT/PRD/Solidariedade liberou por divergências internas.

Embora adote discurso de taxação dos mais ricos, o governo Lula (PT) ficou em cima do muro e não declarou posição por causa das divergências entre os partidos da sua base de sustentação no Congresso. "O governo entende que o mundo está debatendo e que é um tema que está na centralidade dos debates

do G20 na próxima semana", disse o vice-líder do governo, deputado Reginaldo Lopes (PT-MG).

Por outro lado, os deputados mantiveram a realização de uma avaliação, a cada cinco anos, sobre os produtos e serviços com taxação reduzida, para que se debata sobre a eficiência desse gasto tributário. O PL pediu a exclusão deste dispositivo, mas a proposta foi rejeitada por 292 votos a 106.

As demais mudanças dessa quarta-feira (30) foram realizadas por acordo entre os partidos e o relator, deputado Mauro Benevides Filho (PDT-CE). Ele promoveu quatro alterações em relação ao texto-base aprovado em agosto pela Câmara.

Foi rejeitada a cobrança de Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD) para os planos de previdência VGBL (Vida Gerador de Benefício Livre, indicado para quem faz a declaração simplificada do imposto de renda) deixados como herança. A taxação era demanda dos governadores, que dizem que esse instrumento é usado para evitar o imposto, mas teve resistência das operadoras desses planos.

O relator também aceitou que as empresas que contratarem empresários autônomos para prestarem serviços não ficarão responsáveis pelo pagamento dos **impostos** não recolhidos.

"Se um motorista de Uber não paga o imposto, a plataforma deveria pagar. Mas agora ninguém será responsável", criticou Benevides. Ele, porém, acatou a emenda como parte do acordo para aprovar o projeto.

Além disso, foram excluídos do projeto a previsão de cobrança de ITCMD na distribuição desproporcional de lucros entre os sócios das empresas e a proibição de que empresas do mesmo grupo econômico transferissem os créditos de ICMS ou do futuro Imposto sobre Serviços (IBS) entre si. (MR e RDC)

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188029?page=2§ion=1>

Câmara rejeita taxaço de grandes fortunas

A Câmara dos Deputados concluiu ontem a votação dos destaques do Projeto de Lei Complementar (PLP) 108/24, que institui o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (CG-IBS) no âmbito da **reforma tributária**. Os deputados rejeitaram por 262 votos a 136 a emenda que previa a taxaço de grandes fortunas, a partir de R\$ 10 milhões.

A maioria dos partidos foi contra a emenda. O tema polêmico, defendido pelo Executivo, foi alvo de divergência dentro da própria base governista, que liberou a bancada da orientação de voto. "Os milionários têm grande staff contábil e jurídico, e obviamente não vão deixar o dinheiro na conta. O que eles fazem em todos os países é retirar o dinheiro do país, ao invés de aumentar a arrecadação", argumentou Gilson Marques (Novo-SC).

"As pessoas parecem que têm inveja de quem é rico no Brasil", disse a deputada Eliza Virgínia (PP-PB). "Só que as grandes fortunas e os ricos produzem emprego, quanto mais fortunas mais emprego existe e as pessoas vão crescendo igualmente. É notório que quando se taxa grandes fortunas as pessoas migram para outros lugares", completou.

Pela proposta, o tributo seria anual, com alíquotas de 0,5% para bens entre R\$ 10 milhões a R\$ 40 milhões; de 1% acima de R\$ 40 milhões até R\$ 80 milhões; e de 1,5% acima de R\$ 80 milhões.

O relator do grupo de trabalho da reforma na Câmara, deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), defendeu que a taxaço das grandes fortunas já tem previsibilidade constitucional.

"Os 38 países mais ricos da OCDE tributam o dobro do que o Brasil tributa em renda e patrimônio. Portanto o Brasil fez uma opção histórica de tributar os mais pobres", destacou. Apesar da derrota, o parlamentar disse acreditar que o tema vai avançar no âmbito do G20.

SENADO

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), afirmou que acha "plenamente possível" votar a regulamentação da **reforma tributária** na Casa ainda este ano. A previsão, segundo ele, é que o relatório seja lido pelo relator, senador Eduardo Braga (MDB-AM), na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado em 27 de novembro, e aprovado pelo colegiado em 4 de dezembro.

Depois de passar pela CCJ, o texto seguirá para o plenário, onde precisará de, no mínimo, 41 votos para ser aprovado. Se sofrer mudanças em relação à versão aprovada pelos deputados, retornará à Câmara. (Correio Braziliense)

Site:

<https://impresso.diariodepernambuco.com.br/noticia/cadernos/brasil/2024/10/camara-rejeita-taxacao-de-grandes-fortunas.html>

O que levou a Câmara a rejeitar proposta de taxar grandes fortunas (Impostos)

Rafaela Gonçalves

+

Após dois meses de espera, a Câmara dos Deputados concluiu a votação dos destaques do Projeto de Lei Complementar (PLP) 108/24, que institui o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (CG-IBS). Este é o segundo projeto de regulamentação da **reforma tributária**, que seguiu para apreciação do Senado.

O texto principal do projeto havia sido aprovado em agosto, por 303 votos a 142. No entanto, ficou pendente a análise de sete emendas propostas pelos partidos para serem decididas no voto. A paralisação da pauta se deu pela falta de acordo a respeito das emendas e em razão do esvaziamento do Congresso no período das eleições municipais. Os deputados rejeitaram por 262 votos a 136 o destaque que instituiu o Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF), destinado a bens a partir de R\$ 10 milhões.

A proposta tinha como objetivo a tentativa de reduzir as desigualdades econômicas e garantir que contribuintes com maior capacidade financeira contribuam proporcionalmente mais para os cofres públicos.

A maioria dos partidos orientaram contra a emenda. Um dos argumentos centrais em oposição ao imposto é a dificuldade histórica de muitos países em implementá-lo, efetivamente, sem prejudicar o ambiente econômico ou estimular a evasão fiscal. "Os milionários têm grande staff contábil e jurídico, e obviamente não vão deixar o dinheiro na conta. O que eles fazem em todos os países é retirar o dinheiro do país, ao invés de aumentar a arrecadação", destacou Gilson Marques (Novo-SC). "As pessoas parecem que têm inveja de quem é rico no Brasil", disse a deputada Eliza Virgínia (PP-PB), que afirmou que o imposto desestimularia investimentos. "São os milionários os responsáveis por grande parte da geração de empregos no país. Quanto mais fortunas mais emprego existe e as pessoas vão crescendo igualitariamente. É notório que quando se taxa grandes fortunas as pessoas migram para outros lugares", contrapôs.

O tema polêmico, defendido pelo Executivo, foi alvo de divergência dentro da própria base governista, que liberou a bancada da orientação de voto. Pela

proposta, o tributo seria anual, com alíquotas de 0,5% para bens entre R\$ 10 milhões a R\$ 40 milhões; de 1% acima de R\$ 40 milhões até R\$ 80 milhões; e de 1,5% acima de R\$ 80 milhões. O relator do grupo de trabalho da reforma na Câmara, deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), defendeu que a taxação das grandes fortunas já tem previsibilidade constitucional.

"Os 38 países mais ricos da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) tributam o dobro do que o Brasil tributa em renda e patrimônio. Portanto o Brasil fez uma opção histórica de tributar os mais pobres", destacou. Apesar da derrota, o parlamentar disse acreditar que o tema vai avançar no âmbito do G20 - grupo das 19 maiores economias do planeta, mais União Europeia e União Africana. A proposta para taxação global dos chamados "super-ricos" é a principal bandeira do Brasil, que ocupa a presidência rotativa do grupo.

Transição

O Comitê Gestor será responsável por coordenar a arrecadação, a fiscalização, a cobrança do IBS, que substituirá o ICMS e o ISS. Ele vai conduzir a transição do atual modelo tributário para o novo modelo. Segundo o texto aprovado, o colegiado será uma entidade pública sob regime especial, dotada de independência orçamentária, técnica e financeira, sem vinculação a nenhum outro órgão público. A lógica desse mecanismo é evitar a chamada "guerra fiscal", fenômeno decorrente da disputa entre estados e municípios para oferecer maiores benefícios fiscais ao setor produtivo, prática que acabou comprometendo o orçamento de diversas unidades da federação. A composição desse comitê, no entanto, também é um tema sensível. Partidos da oposição, que acumulam posturas contrárias à **reforma tributária**, alegam que a entidade retira a autonomia do Legislativo e dos entes federados, acumulando autoridade em um órgão central.

"É o fim do Federalismo, o fim do Congresso Nacional e da capacidade autônoma de decidir sobre **tributos locais**", disse o deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PL-SP), vice-líder do PL. Embora a coordenação fique a cargo do comitê gestor, as atividades efetivas de fiscalização, lançamento, cobrança e inscrição em dívida ativa do IBS continuarão a ser realizadas pelos estados, pelo

Distrito Federal e pelos municípios. Entre outros pontos, o projeto também regulamenta a incidência do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doações (ITCMD) e permite o uso da contribuição de iluminação pública para custear câmeras de vigilância.

O primeiro texto da regulamentação, aprovado em julho na Câmara e em tramitação no Senado, definiu os alimentos da Cesta Básica Nacional isenta de **impostos**, como será o cashback para famílias de baixa renda, além das regras para as cobranças dos três **impostos** sobre o consumo (IBS, CBS e Imposto Seletivo) criados pela reformulação do sistema tributário. Com a aprovação do PLP 108, a Câmara finalizou a análise do segundo projeto da regulamentação. A aprovação da **reforma tributária** depende, agora, integralmente, da análise dos senadores. No entanto, caso os projetos sofram alterações, precisarão passar por nova análise dos deputados.

Após dois meses de espera, a Câmara dos Deputados concluiu a votação dos destaques do Projeto de Lei Complementar (PLP) 108/24, que institui o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (CG-IBS). Este é o segundo projeto de regulamentação da **reforma tributária**, que seguiu para apreciação do Senado.

O texto principal do projeto havia sido aprovado em agosto, por 303 votos a 142. No entanto, ficou pendente a análise de sete emendas propostas pelos partidos para serem decididas no voto. A paralisação da pauta se deu pela falta de acordo a respeito das emendas e em razão do esvaziamento do Congresso no período das eleições municipais. Os deputados rejeitaram por 262 votos a 136 o destaque que instituiu o Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF), destinado a bens a partir de R\$ 10 milhões.

A proposta tinha como objetivo a tentativa de reduzir as desigualdades econômicas e garantir que contribuintes com maior capacidade financeira contribuam proporcionalmente mais para os cofres públicos.

A maioria dos partidos orientaram contra a emenda. Um dos argumentos centrais em oposição ao imposto é a dificuldade histórica de muitos países em implementá-lo, efetivamente, sem prejudicar o ambiente econômico ou estimular a evasão fiscal. "Os milionários têm grande staff contábil e jurídico, e obviamente não vão deixar o dinheiro na conta. O que eles fazem em todos os países é retirar o dinheiro do país, ao invés de aumentar a arrecadação", destacou Gilson Marques (Novo-SC). "As pessoas parecem que têm inveja de quem é rico no Brasil", disse a deputada Eliza Virgínia (PP-PB), que afirmou que o imposto

desestimularia investimentos. "São os milionários os responsáveis por grande parte da geração de empregos no país. Quanto mais fortunas mais emprego existe e as pessoas vão crescendo igualmente. É notório que quando se taxa grandes fortunas as pessoas migram para outros lugares", contrapôs.

O tema polêmico, defendido pelo Executivo, foi alvo de divergência dentro da própria base governista, que liberou a bancada da orientação de voto. Pela proposta, o tributo seria anual, com alíquotas de 0,5% para bens entre R\$ 10 milhões a R\$ 40 milhões; de 1% acima de R\$ 40 milhões até R\$ 80 milhões; e de 1,5% acima de R\$ 80 milhões. O relator do grupo de trabalho da reforma na Câmara, deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), defendeu que a taxação das grandes fortunas já tem previsibilidade constitucional.

"Os 38 países mais ricos da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) tributam o dobro do que o Brasil tributa em renda e patrimônio. Portanto o Brasil fez uma opção histórica de tributar os mais pobres", destacou. Apesar da derrota, o parlamentar disse acreditar que o tema vai avançar no âmbito do G20 - grupo das 19 maiores economias do planeta, mais União Europeia e União Africana. A proposta para taxação global dos chamados "super-ricos" é a principal bandeira do Brasil, que ocupa a presidência rotativa do grupo.

Transição

O Comitê Gestor será responsável por coordenar a arrecadação, a fiscalização, a cobrança do IBS, que substituirá o ICMS e o ISS. Ele vai conduzir a transição do atual modelo tributário para o novo modelo. Segundo o texto aprovado, o colegiado será uma entidade pública sob regime especial, dotada de independência orçamentária, técnica e financeira, sem vinculação a nenhum outro órgão público. A lógica desse mecanismo é evitar a chamada "guerra fiscal", fenômeno decorrente da disputa entre estados e municípios para oferecer maiores benefícios fiscais ao setor produtivo, prática que acabou comprometendo o orçamento de diversas unidades da federação. A composição desse comitê, no entanto, também é um tema sensível. Partidos da oposição, que acumulam posturas contrárias à **reforma tributária**, alegam que a entidade retira a autonomia do Legislativo e dos entes federados, acumulando autoridade em um órgão central.

"É o fim do Federalismo, o fim do Congresso Nacional e da capacidade autônoma de decidir sobre **tributos locais**", disse o deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PL-SP), vice-líder do PL. Embora a coordenação fique a cargo do comitê gestor, as

atividades efetivas de fiscalização, lançamento, cobrança e inscrição em dívida ativa do IBS continuarão a ser realizadas pelos estados, pelo Distrito Federal e pelos municípios. Entre outros pontos, o projeto também regulamenta a incidência do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doações (ITCMD) e permite o uso da contribuição de iluminação pública para custear câmeras de vigilância.

O primeiro texto da regulamentação, aprovado em julho na Câmara e em tramitação no Senado, definiu os alimentos da Cesta Básica Nacional isenta de **impostos**, como será o cashback para famílias de baixa renda, além das regras para as cobranças dos três **impostos** sobre o consumo (IBS, CBS e Imposto Seletivo) criados pela reformulação do sistema tributário. Com a aprovação do PLP 108, a Câmara finalizou a análise do segundo projeto da regulamentação. A aprovação da **reforma tributária** depende, agora, integralmente, da análise dos senadores. No entanto, caso os projetos sofram alterações, precisarão passar por nova análise dos deputados.

Site:

<https://www.correiobraziliense.com.br/economia/2024/10/6977567-o-que-levou-a-camara-a-rejeitar-proposta-de-taxar-grandes-fortunas.html>

Câmara tira da reforma tributária taxaço sobre previdência privada em herança; entenda

Por g1 - Brasília

A Câmara dos Deputados concluiu nesta terça-feira (29) a votação do segundo projeto da **reforma tributária**, que define as regras para o comitê gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). O texto segue agora para o Senado, já com mudanças em relação à versão anterior.

Uma das principais alterações foi a retirada da cobrança de ITCMD (Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação) em planos de previdência privada do tipo VGBL (Vida Gerador de Benefício Livre).

Na versão inicial, o imposto incidiria sobre planos com prazo inferior a cinco anos entre o aporte e o fato gerador, mas, após ponderações, o relator Mauro Benevides Filho (PDT-CE) acolheu emenda que retira essa cobrança.

O projeto também retirou a tributação sobre a distribuição desproporcional de dividendos entre sócios de empresas. Segundo Benevides, essa alteração foi feita para resolver as polêmicas que surgiram entre os parlamentares.

Heranças e grandes patrimônios

A proposta define que o ITCMD não será cobrado de bens deixados a:

Entidades públicas, religiosas, políticas e sindicais;

Instituições sem fins lucrativos de interesse público.

A alíquota máxima do ITCMD será fixada pelo Senado e regulamentada por cada estado, que também definirá o que caracteriza um "grande patrimônio".

Com a votação concluída, o projeto segue agora para análise no Senado. Caso os senadores façam alterações, o texto terá que ser novamente avaliado pela Câmara antes de ser promulgado.

Comitê gestor

O comitê gestor do IBS, composto por representantes dos estados, Distrito Federal e municípios, será responsável por:

Uniformizar a aplicação das normas tributárias;

Gerir o sistema de fiscalização do IBS em parceria com a **Receita Federal**;

Promover a harmonização de normas fiscais entre os entes federativos.

O comitê contará com 54 membros, sendo 27 representantes estaduais e 27 municipais, com mandato de quatro anos. Além disso, a proposta estabelece uma presença mínima de 30% de mulheres na Auditoria Interna.

Missão do comitê e funcionamento

O comitê terá reuniões trimestrais obrigatórias e poderá convocar reuniões extraordinárias. As decisões requerem:

Votos da maioria absoluta de seus representantes;

Aprovação de estados e DF representando mais de 50% da população do país;

Votos da maioria dos representantes municipais.

Site:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2024/10/31/camara-tira-da-reforma-tributaria-imposto-sobre-heranca-de-previdencia-privada.ghtml>

Estudo da CNC mostra tamanho do prejuízo provocado pela dívida pública no PIB do país

Um estudo da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) revela que o crescimento descontrolado da dívida pública terá, nos próximos 50 anos, impactos profundos no Produto Interno Bruto (**PIB**) e, conseqüentemente, na saúde financeira das empresas brasileiras. Segundo a pesquisa, para cada ponto percentual (1 p.p.) de aumento na dívida pública em relação ao **PIB**, o Brasil perde cerca de R\$ 1,3 bilhão ao ano, o que reduz a capacidade de investimentos do setor privado, eleva o custo do crédito e compromete a competitividade do Brasil.

A CNC alerta que, sem medidas estruturais, como a reforma administrativa, o prejuízo acumulado poderá ultrapassar R\$ 1,375 trilhão em meio século, colocando em risco a sustentabilidade de muitos negócios.

O cenário descrito pelo estudo é ainda mais preocupante para os empresários brasileiros. Sem a reforma administrativa, o desequilíbrio das contas públicas exigiria um aumento de até 9% do **PIB** na carga tributária. Medida que, segundo o presidente do Sistema CNC-Sesc-Senac, José Roberto Tadros, teria efeitos devastadores no setor produtivo. "A situação fiscal não só ameaça o crescimento econômico, mas impõe um fardo adicional às empresas, que já lidam com uma das mais altas cargas tributárias do mundo. Sem uma revisão urgente dos gastos públicos, o setor privado será diretamente afetado pela alta dos **impostos**, comprometendo sua capacidade de competir e crescer", afirma Tadros.

A CNC lançou uma campanha para reforçar a necessidade da reforma administrativa. Acesse a pesquisa e o manifesto da Confederação pela reforma administrativa no site portaldocomercio.org.br/reforma-administrativa.

ODONTO SESC COMPLETA 25 ANOS LEVANDO SAÚDE BUCAL ÀS REGIÕES MAIS AFASTADAS DO BRASIL

O Brasil é um dos países que concentram o maior número de dentistas do mundo. Essa concentração de profissionais, no entanto, limita-se aos grandes centros

urbanos, resultando em uma escassez do serviço de saúde bucal em regiões mais afastadas.

Para colaborar com a mudança desse cenário, o Sesc criou há 25 anos o Odonto- Sesc, projeto de unidades móveis que percorrem o País oferecendo atendimento odontológico.

São 60 veículos adaptados, com 14 metros de comprimento, contendo cadeiras odontológicas, equipamento de raio-X e sala de esterilização.

As clínicas móveis oferecem tratamentos como profilaxia, remoção de tártaro, aplicação tópica de flúor, restaurações e exodontia.

Além disso, são promovidas ações educativas, com orientações sobre escovação dentária e meios de prevenção de doenças bucais.

Os roteiros de circulação das unidades móveis são traçados de forma a atender a população de locais com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e pouca cobertura de serviços odontológicos. Por ano, são realizadas aproximadamente 200mil consultas.

SENAC PARTICIPA DA CONSTRUÇÃO DO SELO VERDE BRASIL, CERTIFICADO DE PRODUTOS E SERVIÇOS SUSTENTÁVEIS

O Senac foi convidado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic) a integrar o Comitê Consultivo do Programa Selo Verde Brasil.

Está ocupando duas cadeiras: como titular, a assessora de Planejamento e Sustentabilidade do Departamento Nacional, Erika Barreto Rocha Colodette; como suplente, das ações educativas, com orientações sobre escovação dentária e meios de prevenção de doenças bucais.

Os roteiros de circulação das unidades móveis são traçados de forma a atender a população de locais com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e pouca cobertura de serviços odontológicos. Por ano, são realizadas aproximadamente 200 mil consultas.

a coordenadora do Programa Ecos no Senac-DN, Alexandra Moraes Alves.

O programa, criado pelo Decreto nº 12.063, de 17 de junho de 2024, vai elaborar uma estratégia nacional de certificação de produtos e serviços com menor impacto socioambiental.

Essa certificação vai reconhecer as práticas responsáveis que atendam aos requisitos de sustentabilidade exigidos pelos mercados globais em todo o ciclo de vida da produção.

Com isso, o programa pretende estimular a melhoria da qualidade dos produtos e serviços brasileiros, aumentar a sustentabilidade em suas cadeias produtivas, ampliar a competitividade desses produtos nos mercados internacionais e incrementar a economia verde no País.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#!/edition/188029?page=2
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#!/edition/188029?page=2§ion=1)**

Herança sem brigas e com gasto menor

Aos poucos, holdings familiares ganham espaço na gestão de patrimônio e no planejamento de herança de pais e avôs. Além de evitar "desgaste e brigas em um momento emocionalmente frágil, que é a perda de um ente querido, é uma forma de reduzir **tributos** e burocracia na divisão dos bens. O genitor toma as decisões ainda em vida, mas pagar menos imposto é a principal vantagem.

- Reduz o custo do inventário - destaca a advogada especialista em direito tributário Luciana Pantai"oto.

Se uma família tem imóveis na pessoa física, a tributação da receita com aluguéis chega a 27,5% e, na venda, o Imposto de Renda será de 15% a 22,5% sobre o ganho de capital (diferença entre o preço pago na compra e o cobrado na venda). Porém, se os bens estiverem em uma holding, o IR do aluguel é menor, de 11% a 14%. Na venda, a tributação será de 6,73%, sobre o valor total da venda.

Outro tributo a observar: o Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD), pago na transferência de bens, que chega a 8% do valor do patrimônio, dependendo do Estado. Se for inventário normal, a alíquota é aplicada no valor de mercado dos bens. Na holding familiar, o ITCMD incide sobre o declarado nas cotas da empresa, o que pode ser vantajoso ou não. O indicado é avaliar o caso de acordo com a lei de cada Estado.

Patrimônio Uma holding familiar pode reunir móveis, imóveis, investimentos e até outros negócios da família. Ao transferir bens a ela, os proprietários deixam de ser titulares diretos, passando a deter cotas da empresa. Presidente do Sindicato de Empresas de Serviços Contábeis do Rio Grande do Sul (Sescon-RS), Paula Dahmer destaca que, assim, os bens ficam mais protegidos, mas também sugere avaliar cada caso.

- Há custos que a pessoa física não teria. Apesar da economia fiscal no geral, transferir imóveis a uma pessoa jurídica paga o ITBI (Imposto de Transferência de Bens Imóveis), por exemplo. Depois, há custos fixos com contador e advogado - avisa Paula.

PECULIARIDADES

Proteção ao patrimônio: se fica no nome de uma pessoa que contraia dívidas ou envolva-se em fraude, a Justiça pode bloqueá-lo. Se estiver na holding, cotas de familiares não são comprometidas.

Menos burocracia: partilha de bens de um familiar que morreu tem custo e demora, principalmente se os herdeiros discordam. Na holding, a divisão do patrimônio é definida em contrato, com cotas proporcionais.

Gastos da holding: taxas de cartório, honorários advocatícios, contador, ITBI e ITCMD.

Site: <https://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/gruporbs/?numero=20241031&edicao=30508>

Haddad confirma envio de PEC sobre corte de gastos

As medidas de revisão de gastos obrigatórios a ser enviadas pelo governo envolverão pelo menos uma proposta de emenda à Constituição (PEC), disse ontem o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. A ministra do Planejamento, Simone Tebet, informou que as propostas comporão o primeiro de dois "pacotes estruturais" a ser apresentados pelo governo. "Invariavelmente, vai ser uma proposta de emenda à Constituição. Então, como tem alguma coisa que vai ser votada neste ano ainda a respeito de finanças, provavelmente, se conformar dessa maneira, deve entrar em uma emenda constitucional", disse Haddad a jornalistas, na saída do Ministério da Fazenda.

Segundo o ministro, a revisão de gastos é necessária para "fazer as despesas obrigatórias caberem" no arcabouço fiscal, que limita o crescimento de gastos do governo a 70% do crescimento real (acima da **inflação**) da receita do ano anterior. Em relação ao prazo de envio, Tebet explicou que a maioria das propostas prevê cortes apenas a partir de 2026. Ela reiterou que o governo pretende enviar as medidas o mais rápido possível ao Congresso, mesmo que sejam votadas apenas no próximo ano.

"Para mim, nós precisamos apresentar agora [ao Congresso] no mês de novembro. Nem todas as medidas, aliás, a maioria não precisa ser aprovada neste ano porque a questão não é o impacto em 2025, mas em 2026", explicou.

Tebet considera "consistente" o pacote de revisão de despesas obrigatórias e disse que as medidas têm como objetivo tornar os gastos públicos mais eficientes sem eliminar direitos. "O que precisamos é apresentar para o país um pacote consistente, autorizado e que dê conforto ao presidente da República. Deixando claro que não vamos tirar nenhum direito. Isso foi um consenso entre o ministro Haddad e eu, não é só um pedido do [presidente] Lula", afirmou a ministra.

reunião

Na tarde de ontem, os ministros que compõem a Junta de Execução Orçamentária (JEO) reuniram-se para tratar, entre outros temas, de ações para segurar o crescimento de despesas públicas. A junta é composta pelos seguintes ministros: Rui Costa (Casa Civil), Fernando Haddad (Fazenda), Simone Tebet (Planejamento) e Esther Dweck (Gestão e Inovação

em Serviços Públicos).

Na noite de terça-feira (29), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva reuniu-se com Haddad, o futuro presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, e o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Aloizio Mercadante, para discutir as medidas de corte de gastos. O encontro, de quatro horas, ocorreu no Palácio da Alvorada e também teve a participação do secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, e do secretário de Política Econômica da pasta, Guilherme Mello.

Segundo Haddad, o encontro foi proveitoso, com o governo chegando a um entendimento sobre as medidas a serem enviadas. "Ontem foi uma boa reunião, porque houve uma convergência importante em torno do princípio de reforçar o arcabouço fiscal e uma ideia que tem que ser analisada juridicamente, mas que atende à Fazenda. As despesas obrigatórias têm que encontrar uma forma de caber dentro do arcabouço, porque é isso que faz você ter sustentabilidade", declarou.

mercado financeiro

Sobre as turbulências no mercado financeiro nos últimos dias, Haddad disse entender a preocupação dos investidores, mas reclamou de especulações em torno do tom de declarações recentes da equipe econômica. "Até entendo a inquietação [do mercado], mas é que tem gente especulando em torno de coisas, como o jeito que eu falo. O meu trabalho é tentar entregar a melhor redação possível para que haja a compreensão do Congresso da situação do mundo e do Brasil", disse.

Após as declarações de Haddad e Tebet, o dólar, que tinha chegado a R\$ 5,79 durante a manhã, desacelerou e fechou praticamente estável, a R\$ 5,763 (alta de apenas 0,04%). A bolsa de valores recuou 0,07%, encerrando aos 130.639 pontos.

Na tarde de ontem, no X (antigo Twitter), Rui Costa afirmou que "quem apostar contra o Brasil vai perder". O ministro disse que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) fará "os ajustes necessários para manter o crescimento do país, assegurar investimentos e cumprir o arcabouço fiscal, enquadrando as despesas

dentro das regras da meta fiscal." (Agência Brasil)

Site: <https://digital.em.com.br/estadodeminas>

Dólar e inflação pressionam e equipe econômica tenta destravar cortes

I MARIANA CARNEIRO, DANIEL WETERMAN, ALVARO GRIBEL E CAIO SPECHOTO

O roteiro se repete no governo: o dólar dispara, o sinal de alerta sobre os efeitos desse aumento na inflação e nos juros preocupam, e a equipe econômica tenta destravar o pacote de cortes de gastos. Ontem, a moeda americana bateu R\$ 5,792, mas fechou o dia em R\$ 5,763, com alta de 0,3%, a maior cotação desde março de 2021. No ano, a valorização é de 18,83%.

Após o salto do dólar, ministros vieram a público para tentar acalmar o mercado. Pela manhã, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, reafirmou que a ideia é elaborar uma "fórmula adequada" para os cortes.

"Assim como o arcabouço no ano passado dissipou as incertezas e a gente teve um ano excelente na sequência, com queda do juro, queda do dólar, ancoragem das expectativas, eu espero que aconteça a mesma coisa (agora)." Haddad disse que entende a "inquietação" do mercado, mas que há "especulação" em torno das propostas. À noite, ele reclamou que havia "uma forçação boba" para que as medidas fossem divulgadas logo.

"Não é assim que funciona." Também ontem, a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, afirmou que o pacote a ser apresentado não tem compromisso com cortes em 2025, mas em 2026, último ano do mandato de Lula.

"Não precisa ser aprovado neste ano. A questão é porque o impacto não é para ser em 2025, é para ser em 2026. O que precisamos é apresentar ao País um pacote que dê conforto para o presidente da República, deixando claro que não vamos tirar nenhum direito." Mais cedo, com o dólar subindo, além de Haddad, o ministro da Casa Civil, Rui Costa, saiu em defesa do ajuste nas contas.

"Quem apostar contra o Brasil vai perder, o presidente Lula vai fazer os ajustes necessários para manter o crescimento do País, assegurar investimentos e cumprir o arcabouço fiscal, enquadrando as despesas dentro das regras da meta fiscal", disse Costa, em seu perfil no X, antigo Twitter.

Enquanto a decisão final não sai, o governo analisa

fixar um limite de crescimento de 2,5% ao ano, sem contar a inflação, para as despesas que aumentam a um ritmo mais veloz, submetendo todos os gastos ao mesmo limite do arcabouço fiscal.

HISTÓRIA REPETIDA. Em junho, logo após um forte movimento de alta da moeda americana, o Estadão revelou que a equipe econômica preparava um "cardápio" de medidas para reduzir despesas que seria apresentado ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Quatro meses depois, as iniciativas amadureceram, mas ainda continuam restritas à cúpula do governo.

No mercado, a expectativa é de que os cortes fiquem em torno de 0,5% do PIB.

Câmbio Moeda americana fecha em nova alta, a R\$ 5,763; no ano, valorização é de 18,83%

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Governo ensaia elevar fatia privada em concessões

Edna Simão De Londres

O governo quer elevar de 48% em 2023 para 78% em 2030 a participação dos investimentos privados para retirar do papel o projeto de concessões de infraestrutura. A projeção do Ministério dos Transportes é de que serão necessários US\$ 60,6 bilhões em investimentos, sendo que 76% ficariam nas mãos da iniciativa privada.

Os dados foram apresentados pela subsecretária de Fomento e Planejamento do Ministério dos Transportes, Gabriela Monteiro Avelino, durante o Brazil-UK Insurance Forum, que foi promovido nesta quarta-feira em Londres pela Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg) e Associação de Seguradoras Britânicas (ABI).

Em entrevista por telefone para o Valor, o ministro dos Transportes, Renan Filho, explicou que a concretização desses projetos de infraestrutura vai contribuir, somente neste ano, para uma expansão de 0,3% do Produto Interno Bruto (**PIB**). A expectativa é que, conforme forem realizadas as concessões, essa contribuição chegue a 0,46% em 2030.

Para o ministro, com a necessidade de cumprir o arcabouço fiscal, é preciso calibrar os investimentos públicos e alavancar o privado para viabilizar obras em infraestrutura, especialmente em rodovias.

"Eu defendo o equilíbrio fiscal", afirmou o ministro, acrescentando que o investidor estrangeiro teria receio de colocar dinheiro do Brasil se as projeções do governo mostrassem elevação dos recursos públicos no negócio.

Ele disse ainda que, já em 2024, haverá mais investimento privado que público. Segundo estimativas apresentadas pelo ministério, o recurso privado deve representar 65% dos investimentos feitos em rodovias e ferrovias e a tendência é de que isso se acelere nos próximos anos.

"Estamos fechando 2024 com investimento privado maior que o público. Isso é super-relevante e demonstra que tem espaço para crescer. Não há risco de não atrair privado", complementou.

O otimismo do governo em alavancar a participação

privada está diretamente relacionado, conforme a subsecretária, com os ajustes feitos na legislação como a Lei de Licitações e aprovação do macro regulatório da garantia.

Por exemplo, com as mudanças, haverá uma exigência maior garantias, que deve passar de 5% do valor do empreendimento para algo correspondente a até 30%. O ministro Renan Filho estima que, com contratos mais transparentes, os custos das apólices possam ter uma redução de cerca de 50%.

O presidente da CNseg, Dyogo Oliveira, afirmou que a aceleração dos investimentos em infraestrutura esperada pelo governo federal vai demandar uma elevação de algo entre R\$ 5 bilhões e R\$ 10 bilhões da contratação de seguros para as obras do PAC [Programa de Aceleração do Crescimento]. "Isso vai significar a necessidade de ampliação da capacidade de seguro e resseguro, e o Reino Unido é uma das fontes principais que o Brasil usa para angariar essa capacidade", explicou Oliveira.

Além dos investimentos em infraestrutura, o Brazil-UK Insurance Forum tratou sobre os desafios do mercado diante das mudanças climáticas e as inovações existentes para lidar com a inteligência artificial e crimes cibernéticos.

Nesta quarta-feira, a CNseg e Associação de Seguradoras Britânicas assinaram um memorando de entendimentos para que ocorra uma troca permanente de informações, o que na avaliação de Oliveira poderá contribuir para o setor se desenvolver mais rapidamente.

"Um dos grandes desafios que precisa ser superado pelo mercado de seguros é a baixa cobertura", ressaltou.

"Estamos fechando 2024 com investimento privado maior que o público"

Renan Filho

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188029?page=2§ion=1>

O acordo sobre o ajuste fiscal - MÍRIAM LEITÃO

MÍRIAM LEITÃO

O acordo interno do governo sobre as medidas fiscais tem mais relevância do que parece. Normalmente, em qualquer governo, há visões diferentes de onde se esteja. Nesse, a Casa Civil quer mais investimento para viabilizar o PAC e a Fazenda, quer reforçar o arcabouço fiscal. Os dois ministérios chegaram em entendimento sobre isso e agora é redação, avaliação jurídica e anúncio. A estratégia para abreviar o tempo no Congresso será apensar as medidas a alguma proposta de emenda constitucional que esteja tramitando. O que se fala no governo é que a dinâmica dos gastos obrigatórios tem que ser compatível com os limites do arcabouço fiscal. Isso é bem difícil.

O arcabouço permite um crescimento de despesas, mas com limites estreitos. Elas podem subir acima da **inflação** dentro de uma banda de 0,6% a 2,5%, e apenas 70% da alta real das receitas. É dupla trava. O economista Samuel Pessoa diz que o arcabouço foi bem recebido quando foi votado, mas todo mundo viu que havia inconsistências. Uma delas é exatamente o que é mais caro para o presidente Lula.

-A regra de indexação dos benefícios ao salário mínimo é incompatível com o arcabouço porque ele eleva o custo das políticas públicas vinculadas ao salário mínimo a uma velocidade maior do que o limite. Entende-se perfeitamente o desejo do presidente Lula de dar aumento real ao salário mínimo, ele deseja que o ganho de produtividade da sociedade seja compartilhado com os trabalhadores de baixa renda. Mas a indexação dos benefícios ao salário mínimo, que está tendo aumento real, gera crescimento das despesas públicas a uma velocidade insustentável. Há outra inconsistência. Os gastos de saúde e educação crescem 100% da receita corrente líquida.

Não é fácil a vida de quem quer fazer ajuste fiscal. Há pressões de cada ministério setorial, há desejos do governo de ter a gestão aprovada pela população, há mudanças do país que impactam principalmente os gastos com a previdência. O orçamento é engessado. Existem mínimos constitucionais para saúde e educação. Como resolver essa equação tem sido o tormento de todo governo que tenta a sério ajustar as contas públicas. O ministro Fernando Haddad e a ministra Simone Tebet têm tentado seriamente. Antes de tudo, tiveram que consertar os estragos do vale-

tudo eleitoral que foi a política econômica de 2022.

A dívida pública está alta e subindo, o déficit a alimenta, tanto quanto os juros altos. Reduzir a Selic, sem queda da **inflação**, pode ter efeito bumerangue porque alimenta a desconfiança, a **inflação** e contrata juros mais altos e elevação do risco. Por isso, a solução é ajuste das despesas, mas quando os economistas bradam "cortem os gastos" são poucos os que saberiam dizer exatamente onde cortar se estivessem no governo, dadas as limitações constitucionais que existem. E uma construção árdua de consensos técnicos e políticos para se avançar em qualquer reforma na estrutura dos gastos públicos no Brasil. Em entrevista na porta da Fazenda, o ministro Fernando Haddad confirmou que está na fase final da preparação das medidas.

-O meu trabalho é esse, tentar entregar a melhor redação possível para que haja compreensão do Congresso e nós possamos sair desse redemoinho que não faz sentido à luz dos indicadores econômicos do Brasil.

Ontem mesmo saiu o dado do Caged de criação de 248 mil vagas em setembro, a PNAD do IBGE deve mostrar hoje nova queda da taxa de desemprego para 6,5%. E o **PIB** está crescendo ao ritmo de 3%, acima do esperado pelo segundo ano consecutivo.

O problema é que a **inflação** não dará sinais de alívio nos próximos meses, exceto na conta de luz. O petróleo está caindo, mas seu efeito é anulado pela alta do dólar. A **inflação** de outubro deve vir em 0,51%, segundo a LC A. A consultoria projeta em 4,7% em 12 meses devido à alta dos alimentos. O item mais delicado, alimentação no domicílio deve ficar acima de 1% em cada um dos três meses finais do ano, e deve fechar o ano, segundo a MB Agro em 7,6%. A queda do preço da carne já foi completamente revertida este ano, em que o item subiu forte pelo fim do ciclo do boi, que havia beneficiado o consumidor no ano passado. Tudo isso cria esse quadro de economia com boas notícias sim, mas com pontos de preocupação e essa real necessidade de ajuste fiscal para fortalecer o marco fiscal.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Emprego com carteira assinada cresce mais do que o esperado

Marcelo Osakabe e Guilherme Pimenta De São Paulo e Brasília

O mercado de trabalho formal segue dando mostras de robustez, com criação de vagas maior do que o esperado em setembro. No mês passado, houve a abertura líquida de 247,8 mil postos com carteira assinada, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) divulgados nesta quarta-feira pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

O resultado ficou acima da mediana das projeções de 18 consultorias e instituições financeiras ouvidas pelo Valor Data, de abertura líquida de 225.080 vagas, com projeções variando entre 200 mil a 255 mil.

Com o resultado de setembro, o saldo acumulado no ano é de 1,98 milhão de vagas.

Quatro dos cinco setores da economia tiveram abertura líquida de postos formais de trabalho.

O segmento de serviços foi destaque, com alta de 128,3 mil.

Indústria geral (59,8 mil) comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas (44,6 mil) e construção civil (17 mil) também tiveram saldo positivo no mês. Somente agropecuária, produção florestal, pesca e aquicultura teve contração de vagas, com perda de 2 mil postos.

O Caged mostrou ainda que a geração de vagas ocorreu nas cinco regiões do país em setembro.

O Sudeste adicionou 98,2 mil postos de trabalho com carteira assinada em setembro, seguido de Nordeste (77,1 mil), Sul (38,1 mil), Norte (15,6 mil) e Centro-Oeste (15,3 mil).

Rodolfo Margato, economista da XP Investimentos, destaca que as admissões totais permaneceram em níveis historicamente altos, com crescimento de 11,4% em relação ao mesmo mês de 2023. Ao mesmo tempo, os desligamentos também estão em patamar elevado, com avanço 10,3% na mesma comparação.

Os dados mostram ainda nova aceleração em relação ao mês anterior da contratação no setor privado após

um resultado abaixo do esperado em agosto, diz o economista. Fazendo o ajuste pela sazonalidade, a corretora vê pequena aceleração na criação de vagas, de 120 mil em agosto para 125 mil em setembro. Na média móvel de três meses, esse indicador voltou a 135 mil.

"Mais uma vez, observamos crescimento disseminado entre os setores da economia brasileira, especialmente nas atividades chamadas mais cíclicas, como serviços que foi novamente protagonista, mas também no comércio, na indústria de transformação." Dentro dos serviços, um segmento que se destacou foi o administrativo e de atividades complementares, como escritório, apoio administrativo e seleção de mão de obra, nota o economista da Tendências Consultoria Lucas Assis. "São funções que apresentam comportamento cíclico, crescem mais em períodos de atividade forte", explica.

Em sua avaliação, além do bom desempenho da economia, contribui também para o avanço da formalização do mercado de trabalho questões mais estruturais, como o aumento de escolaridade da população economicamente ativa, novas tecnologias na intermediação e criação de vagas e também a reforma trabalhista, que reduziu o custo de contratação e criou novos tipos de vínculos. Os chamados empregos atípicos (como intermitentes, temporários e aprendizes) hoje são 11,6% dos 47 milhões de vínculos ativos, diz.

O comportamento do Caged sugere que o ano deve terminar com geração líquida de aproximadamente 1,9 milhão de vagas, diz Assis. "Outubro e novembro devem manter o ritmo de contratação, com algo perto de 150 mil por mês. Já dezembro deve registrar uma destruição líquida talvez acima de 400 mil postos".

Para João Savignon, economista- chefe da Kinitro, o mercado de trabalho apertado deverá se manter como ponto de atenção para o Banco Central no monitoramento da **inflação** de serviços, "tema que eles seguem olhando de perto, assim como na avaliação do hiato do produto".

Em comentário distribuído, a gestora projeta criação líquida 223 mil novas vagas formais em outubro. "Considerando a tendência atual, nossa expectativa é que podemos encerrar o ano com a criação de ao

redor de 1,9 milhão de vagas" diz Savignon.

Na entrevista coletiva convocada para comentar os dados, o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, comemorou o resultado, mas afirmou que muita gente ainda procura emprego.

Ele também aproveitou para reclamar do Banco Central, dizendo que a autoridade monetária precisa mudar sua forma de combater a inflação.

"Quem reclama disso [juros] não sou eu somente, são os empresários", disse. "Dá a impressão que o BC escuta o sistema financeiro somente. O BC tem que mudar a forma de analisar essas coisas e orientar a sociedade", completou o ministro.

"Outubro e novembro devem manter o ritmo de contratação"

Lucas Assis

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188029?page=2
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188029?page=2§ion=1)**

Com consumo estagnado, PIB da zona do euro cresce 0,4% no 3o trimestre

Balazs Koranyi Reuters, de Frankfurt

A zona do euro cresceu acima do previsto no terceiro trimestre deste ano, mas as perspectivas continuam fracas diante das ameaças de altas tarifas por parte de um possível governo Donald Trump nos EUA, da escalada das tensões comerciais com a China e da baixa confiança do consumidor.

O Produto Interno Bruto (**PIB**) dos 20 países que usam o euro teve expansão de 0,4% no terceiro trimestre em relação ao segundo trimestre.

Apesar de ter superado as expectativas de expansão de 0,2%, a região segue mostrando fragilidade, com o setor industrial ainda em recessão e consumo das famílias estagnado, segundo dados da Eurostat divulgados ontem.

Em termos anuais, a expansão da zona do euro acelerou para 0,9%, acima dos 0,6% do segundo trimestre, o que a coloca a caminho de alcançar um avanço em torno de 1% em 2024, ainda aquém do que os economistas consideram seu "potencial" crescimento, a taxa natural de crescimento sem choques ou estímulos.

A grande surpresa veio da Alemanha, maior economia do bloco, que se expandiu 0,2% graças ao aumento do consumo privado e governamental, apesar da série de previsões de recessão em razão das dificuldades do setor industrial.

"Isso não muda o fato de que a economia continua presa na estagnação", disse o economista Carsten Brzeski, do ING, sobre a Alemanha. "O crescente número de calotes e os anúncios de reestruturação na força de trabalho pelas empresas ainda pendem como uma espada de Dâmocles sobre aquele que foi um dos redutos da economia nos últimos anos: o mercado de trabalho." França e Espanha também mostraram uma resiliência inesperada, embora os dados indiquem que o bloco ainda está atrás dos Estados Unidos, que tem se saído melhor há décadas e cuja vantagem se ampliou nos últimos anos (leia a matéria ao lado).

O candidato presidencial americano Donald Trump, que promete impor uma tarifa de 10% sobre as importações de todos os países e de 60% sobre as da

China, advertiu na terça-feira que, se ele vencer, a Europa pagará um "alto preço".

Quaisquer novas tarifas provavelmente desencadeariam retaliações, o que elevaria custos e reduziria o comércio internacional, um motor de longa data para a Europa, uma economia aberta que depende muito da circulação de mercadorias livre de barreiras.

A hostilidade dos EUA no comércio exterior se somaria à escalada das tensões com a China, depois de a União Europeia ter aprovado esta semana a elevação das tarifas sobre veículos elétricos produzidos na China para até 45,3%.

Durante a maior parte dos últimos dois anos, o crescimento da região do euro não ficou muito acima de zero, afetado pelos golpes sucessivos sofridos pelo seu setor industrial, predominante na economia do bloco.

O aumento do custo das fontes de energia após a invasão da Ucrânia pela Rússia derrubou as margens de lucro, enquanto a mudança no padrão dos consumidores nas compras de carros e a perda de força da própria economia chinesa enfraqueceram a demanda dos clientes tradicionais do bloco.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188029?page=2§ion=1>

Economia dos EUA mantém vigor no 3º tri com expansão de 2,8%

Harriet Torry

A economia dos EUA continuou vigorosa no terceiro trimestre, impulsionada por grandes gastos dos consumidores e do governo.

O Produto Interno Bruto (**PIB**) cresceu a uma taxa anual de 2,8% no período, ajustado à sazonalidade e à **inflação**, informou ontem o Departamento do Comércio. O **PIB** é uma medida dos bens e serviços produzidos em toda a economia.

Isso representou uma ligeira desaceleração em relação ao crescimento de 3% do segundo trimestre, ficando também abaixo das expectativas dos economistas, que previam um crescimento de 3,1%. Mesmo assim, o período julho-setembro representou a continuação de uma sequência de dois anos de forte crescimento da economia americana, mesmo diante dos custos dos empréstimos em patamares historicamente altos.

O relatório surge seis dias antes das eleições presidenciais, nas quais a economia poderá ser um fator decisivo. Os economistas tendem a acreditar que a vice-presidente Kamala Harris faria um trabalho melhor no controle dos déficits públicos e da **inflação**; os eleitores tendem a dar notas melhores para Trump na condução esperada da economia.

A economia superou as expectativas nos últimos dois anos do governo Joe Biden. Uma esperada

recessão não se materializou, mesmo com o Federal Reserve (Fed, o banco central americano) aumentando agressivamente as taxas de juros para conter a **inflação** nos últimos anos. O relatório de ontem mostrou uma economia que segue em ritmo forte, com consumo vigoroso alimentado por um mercado de trabalho sólido e investimentos corporativos que permanecem firmes.

Os democratas vêm tentando concentrar discussões econômicas em torno desses dados positivos. O presidente Biden disse que "o relatório do **PIB** mostra o quanto avançamos desde que assumi o cargo - da pior crise econômica desde a Grande Depressão à economia mais forte do mundo". O setor privado criou 233 mil empregos em outubro, segundo um relatório separado da processadora de folhas de pagamento

ADP, superando as expectativas dos economistas em quase o dobro.

Os republicanos tentam concentrar a atenção dos eleitores na **inflação** nos últimos anos, culpando os democratas.

Os gastos do consumidor, que respondem pela maior parte da atividade econômica dos EUA, aceleraram o ritmo de crescimento para uma taxa de 3,7% no terceiro trimestre. Exportações vigorosas e gastos do governo com defesa também favoreceram a expansão da atividade econômica.

Uma medida dos gastos das empresas esfriou ligeiramente em relação ao segundo trimestre, mas permaneceu firme. Os investimentos fixos comerciais e industriais - que refletem os gastos das empresas com softwares, equipamentos e infraestrutura - cresceram 3,3%.

O fato de o crescimento econômico permanecer forte embora o mercado de trabalho esteja esfriando um pouco, sugere que os investimentos das empresas em digitalização e tecnologia durante a escassez de mão de obra na pandemia valeram a pena do ponto de vista da produtividade, segundo Julia Pollak, economista-chefe da ZipRecruiter. "Surpreendentemente, apesar da política monetária restritiva, os gastos do consumidor e os investimentos continuam crescendo", diz ela.

As vendas finais para os compradores domésticos privados, uma medida do consumo e dos gastos das empresas que avalia a demanda subjacente na economia, subiram para um ritmo anual de 3,2% no terceiro trimestre, de 2,7% no segundo, de acordo com o Departamento do Comércio.

As contribuições sólidas dos gastos do governo, do consumidor e das empresas "consolidam o segundo fôlego da expansão, que parecia estar se esgotando no segundo trimestre", disse Robert Frick, economista corporativo da Na-vy Federal Credit Union.

O relatório mostrou que a **inflação** seguiu recuando no terceiro trimestre, o que combinado com a queda no preço da gasolina deu algum alívio aos consumidores.

A **inflação**, conforme medida pelo índice de preços

dos gastos com consumo pessoal, recuou para uma taxa anualizada de 1,5%, de 2,5% no segundo trimestre. Desconsiderados os preços voláteis dos alimentos e da energia, o chamado núcleo da **inflação** recuou de 2,8% no segundo trimestre para 2,2% no terceiro. A meta de **inflação** anual do Fed é de 2%.

O crescimento econômico atual também está bem acima do ritmo que os economistas veem como uma tendência de longo prazo. As autoridades do Fed colocam a taxa de crescimento de longo prazo da economia dos EUA em 1,8%, segundo projeções divulgadas em setembro.

"A economia tem ido bem", graças em parte ao boom da inteligência artificial (AI) e dos gastos do governo via programas como o da Lei de Redução da **Inflação**, diz Torsten Slok, economista-chefe da Apollo Global Management.

Empresas voltadas para o consumidor têm oferecido pontos de vista divergentes. Enquanto a Coca-Cola observa que parte dos consumidores buscam ofertas com a queda da renda disponível, o grupo hoteleiro InterContinental aponta para uma demanda por viagens de negócios particularmente forte, com as empresas enviando funcionários para eventos, conferências e visitas a clientes.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188029?page=2
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188029?page=2§ion=1)**

Fragilidade fiscal abre espaço para a disparada do dólar (Editorial)

Após o novo pico nas cotações na terça-feira, quando atingiu R\$ 5,761, o dólar chegou à sua maior cotação diante do real desde março de 2021. O real já exibe no ano maxidesvalorização de 18,7% até 28 de outubro, uma disparada que está em desacordo com a performance do setor externo. Há oscilações provocadas pelo cenário global, com as incertezas sobre as eleições americanas e o ritmo de crescimento da China, mas elas ocorrem em grande medida pela vacilação do governo em apresentar um plano confiável de corte de gastos, como foi prometido pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Enquanto o dólar dispara, as reservas internacionais do Brasil cresceram US\$ 17 bilhões no ano, chegando a US\$ 372 bilhões, praticamente a melhor marca no terceiro mandato de Lula.

Assim como os juros futuros estão subindo a um nível muito acima do que poderia ser referendado pelas expectativas de **inflação**, a moeda americana tem se valorizado para além do que sugerem os fluxos de ingresso e saída de divisas. O saldo do câmbio comercial tem se reduzido pelo recuo das exportações e pelo aumento das importações, mas, ainda assim, não em uma magnitude que empurre o dólar às alturas que ele está. O fluxo financeiro é diferente e tem saldo negativo de US\$ 52,4 bilhões. Ainda assim, até setembro, o saldo cambial total foi positivo, para se transformar em um pequeno déficit de US\$ 7,2 bilhões em outubro, até o dia 24, segundo dados do Banco Central.

Parte dos recursos dos exportadores usualmente fica fora do país, parcela que pode ser quantificada pela diferença entre o câmbio contratado físico e o montante de divisas correspondente ao saldo comercial da balança de mercadorias. Os recursos mantidos no exterior já chegaram a US\$ 70 bilhões até o ano passado, mas nos nove primeiros meses de 2024, eram semelhantes aos do saldo da balança.

Houve, portanto, significativo ingresso de dólares ao longo do ano, parcela dele, possivelmente, para aproveitar os generosos juros pagos no mercado interno.

Algum ruído na terça-feira foi provocado também pelo resultado das contas externas. O déficit em transações correntes (que engloba a conta de serviços, mercadorias e pagamentos feitos ao exterior e

recebidos pelo país) subiu para US\$ 45,8 bilhões, ou 2,07% do **PIB** nos 12 meses encerrados em setembro. No mês anterior, havia sido de US\$ 39 bilhões e em setembro de 2023, de US\$ 25,3 bilhões. O aumento ocorreu porque a economia está crescendo em bom ritmo, o que amplia a demanda de serviços externos e o pagamento de juros, dividendos e lucros com investimentos em carteira.

No entanto, os investimentos diretos no país, acumulados em 12 meses, somaram US\$ 70,7 bilhões, ou 3,2% do **PIB**, e há anos se situam firmemente acima de 3% do **PIB**. Têm coberto com folga todo o rombo em transações correntes e não há sinais de que isso vá mudar a curto prazo.

Até setembro pelo menos, mesmo os investimentos em carteira (incluem aplicações de capital que vêm de fora em renda fixa, títulos etc.), mostravam resultado positivo, de US\$ 5,8 bilhões em 12 meses. Tanto os fluxos mensais como o acumulado em 12 meses mostraram forte saída de recursos do país em abril, não por acaso quando o governo Lula anunciou que mudaria as metas fiscais, poucos meses depois de implantá-las. O dólar deu um salto naquele mês.

Há ainda questões técnicas relevantes. O volume de recursos que giram no mercado de derivativos é muito superior ao do mercado à vista, fazendo com que as cotações do segundo determinem as do primeiro e, em momentos de incerteza, amplifiquem a volatilidade e a direção do câmbio.

No dia 28 de outubro, as apostas de que o dólar se fortalecerá ante o real atingiram US\$ 71,9 bilhões, ante US\$ 63 bilhões ao fim de setembro. Mesmo com reservas internacionais grandes, o Banco Central não interveio com afinco ao longo da escalada do dólar no ano.

Os prêmios de risco estão altos tanto nos juros futuros quanto no câmbio também porque o governo adiou o ajuste fiscal que dê solidez à meta, já mais flexível, que ele próprio estabeleceu. Ela é possível de ser cumprida este ano (com R\$ 42,3 bilhões fora da meta gastos, com auxílio ao Rio Grande do Sul após as enchentes). Nem os investidores nem o Fundo Monetário Internacional, no entanto, acreditam que as metas dos próximos anos serão cumpridas, e acham que as contas públicas seguirão no vermelho, quando

precisariam ir rapidamente para algum superávit.

A desconfiança de que o governo continuará a desdenhar do corte de gastos não advém do ministro da Fazenda, mas do presidente Lula. A equipe econômica voltou a se reunir com o presidente para apresentar cortes possíveis. Haddad disse ontem que não há data para o anúncio, e o dólar disparou de novo. A oposição da ala da gastança no governo parece ter sido silenciada, porque o ministro da Casa Civil, Rui Costa, assegurou que haverá contenção de despesas.

Quase ao fim de seu segundo ano de mandato, Lula ainda precisa ser convencido de que há que sustentar a meta fiscal, em nítido contraste com o que fez em seu primeiro mandato, quando o país exibiu altos e sucessivos superávits.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#!/edition/188029?page=2
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#!/edition/188029?page=2§ion=1)**

Diversificação e o investidor: entre a poupança e as bets - PALAVRA DO GESTOR

Fernando Donnay é responsável por fundos de fundos na G5 Partners E-mail fdonnay@g5partners.com

Diversificação é aquele conselho que todo investidor já ouviu: "Não coloque todos os ovos na mesma cesta". E isso não é apenas um ditado popular; é uma estratégia comprovada para minimizar perdas quando o inesperado acontece. O prêmio Nobel de economia Harry Markowitz, pioneiro da Teoria Moderna do Portfólio, descreveu a diversificação como "o único almoço grátis" para investidores. Em essência, sua teoria demonstra que, por meio de uma alocação estratégica baseada em cálculos de risco e correlação entre ativos, é possível construir portfólios que otimizam retornos dentro de um nível aceitável de risco.

Um estudo recente da Morningstar, que analisou quase meio século de dados nos Estados Unidos, confirma a importância da diversificação quando se trata de redução de riscos. No entanto, descobriu-se que um portfólio simples composto de 60% em ações e 40% em renda fixa frequentemente superou portfólios mais diversificados em termos de risco e retorno. Interessantemente, o próprio Markowitz utilizava uma abordagem simplificada em suas finanças pessoais, alocando 50% em ações e 50% em bonds. Isso reforça a ideia de que, por vezes, o básico bem-executado pode ser a resposta mais eficaz diante das incertezas do mercado.

No Brasil, a poupança ainda domina como principal opção de investimento, com 25% da adesão, refletindo um perfil conservador que busca segurança, especialmente em tempos de instabilidade econômica e alta inflação.

Contudo, há um paradoxo intrigante: apesar dessa aversão ao risco nos investimentos tradicionais, os brasileiros estão entre os maiores apostadores on-line e preferem criptomoedas a títulos públicos do Tesouro Direto (4% contra 2%). É como dizer "não quero arriscar" enquanto, ao mesmo tempo, se aventura em apostas de alto risco. Essa dualidade evidencia uma busca por ganhos rápidos, mesmo entre aqueles que professam um perfil cauteloso.

O prazo pode ser nosso maior aliado na diversificação.

O horizonte temporal é um dos pilares mais robustos para o sucesso da diversificação.

Enquanto muitos brasileiros almejam retornos imediatos - lembrando as apostas on-line -, um foco de longo prazo permite que a diversificação revele todo o seu potencial, suavizando a volatilidade dos ativos e equilibrando ciclos econômicos.

Por exemplo, o S P 500, apesar de já ter enfrentado décadas de desempenho negativo, demonstra retornos sólidos a longo prazo. Além disso, investimentos alternativos ilíquidos, como private equity e venture capital, exigem paciência e recompensam aqueles que suportam a menor liquidez com potencial de retornos superiores. Afinal, tentar obter ganhos rápidos no mercado é como apostar no cassino: uma receita garantida para a frustração a longo prazo.

Daniel Kahneman, Nobel em Economia, explorou como vieses comportamentais e cognitivos influenciam decisões de investimento, frequentemente de maneira subótima. Mesmo Markowitz, considerado o mestre da diversificação, adotava abordagens simples que, por vezes, contradiziam sua própria teoria.

Um exemplo notável é o fundo Magellan, gerido por Peter Lynch, que obteve retornos médios de 29,2% ao ano durante 13 anos.

Entretanto, muitos cotistas perderam dinheiro ao investir em momentos inadequados, entrando quando o fundo subia e resgatando quando caía. Esses vieses emocionais fazem com que vários investidores ignorem a importância da diversificação, acreditando erroneamente na capacidade de "acertar na mosca" com ações específicas ou apostas arriscadas.

Diversificar permanece sendo uma estratégia essencial para quem busca segurança e crescimento sustentável nos investimentos, inclusive no Brasil. Mesmo diante de mudanças nas correlações entre ativos e de um cenário econômico desafiador, a diversificação continua se mostrando a abordagem

mais eficaz para proteger o portfólio contra as incertezas do mercado.

A afirmação de Markowitz sobre a diversificação ser "o único almoço grátis" ainda ressoa, lembrando que, embora não existam retornos garantidos, é possível equilibrar riscos e retornos de maneira saudável.

No contexto brasileiro, em que o perfil conservador contrasta com a disposição para arriscar em criptoativos e apostas esportivas, é fundamental entender e mitigar os próprios vieses comportamentais.

Incorporar a diversificação de forma consciente e utilizar o prazo a favor são elementos-chave para enfrentar turbulências e aproveitar oportunidades. Entretanto, se o horizonte de investimento é curto, resistir à tentação de ganhos rápidos e optar por investimentos mais seguros, como os títulos do Tesouro pós e ligados à inflação, pode ser a escolha mais prudente.

Fernando Donnay é responsável por fundos de fundos na G5 Partners E-mail fdonnay@g5partners.com

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188029>

Ajuste fiscal para amenizar cobrança do mercado - CONEXÃO BRASÍLIA

MATHEUS SCHUCH

Após a reação negativa do mercado à indefinição do governo Lula sobre o pacote de corte de gastos, auxiliares do presidente da República se apressaram para esclarecer que o governo levará adiante os ajustes necessários para a estabilidade fiscal.

"Quem apostar contra o Brasil vai perder, o presidente Lula vai fazer os ajustes necessários para manter o crescimento do país", escreveu nas redes sociais, ontem, o ministro da Casa Civil, Rui Costa.

Outros auxiliares do presidente também atuam nos bastidores para acalmar os ânimos de investidores, assegurando compromisso com as contas públicas. A justificativa é de que falta apenas a análise jurídica do Executivo antes que o plano seja apresentado.

Haddad tem dito que o conjunto de medidas de corte de gastos envolve temas que já tramitam no Congresso. Se depender do titular da Fazenda, Fernando Haddad, haverá revisão das regras do seguro-desemprego e do abono salarial. Os benefícios serão mantidos, mas com mudanças para desestimular a rotatividade no trabalho.

As equipes da Fazenda e do Planejamento também buscam maneiras de evitar o pagamento de salários acima do teto constitucional. Apesar de já existir regramento contra os supersalários, eles ainda são pagos a milhares de servidores.

A palavra da vez entre os envolvidos na elaboração do pacote é "eficiência" com os gastos públicos. Com inflação em alta e desconfiança sobre o cumprimento do arcabouço que limita o crescimento de gastos, o governo terá de provar, contudo, o efeito prático das medidas, e que tem força para aprová-las no Congresso. _

Site: <https://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/gruporbs/?numero=20241031&edicao=30508>

Plano prevê duplicar a taxa anual de crescimento do PIB

Anderson Aires anderson.aires@zerohora.com.br **Paulo Egídio** paulo.egidio@zerohora.com.br

O governo estadual apresentou ontem o Plano de Desenvolvimento Econômico, Inclusivo e Sustentável, instrumento concebido para alavancar a economia do Rio Grande do Sul. A perspectiva do Palácio Piratini é de duplicar e, em cenário otimista, triplicar a taxa anual de crescimento do **PIB** gaúcho nos próximos anos.

Planejado para orientar o desenvolvimento do Estado com projeções que vão até o ano de 2040, o projeto foi estruturado a partir de um estudo da consultoria McKinsey e definiu 12 grupos de produtos e serviços com potencial de impulsionar a produtividade. Nesse rol, os mercados da cadeia agropecuária e da transição energética serão as principais apostas.

Os estudos para a criação do instrumento começaram antes da enchente de maio e incluíram entrevistas e workshops com empresários e especialistas. A gestão do plano de desenvolvimento será vinculada à estrutura do Plano Rio Grande, idealizado para recuperar o Estado depois do desastre climático.

O governo frisou que o projeto foi concebido como estratégia de longo prazo, que tenha continuidade em futuras administrações mesmo em caso de mudança na orientação ideológica no comando do governo.

Crescimento sustentado Segundo o governador Eduardo Leite, o programa cria ambiente para um crescimento sustentado, sem as oscilações que a economia gaúcha vem apresentando nos últimos anos: - Com esse diagnóstico, podemos observar quais são os desafios para que a gente possa ter o nosso mapa, nossa jornada definida para nos levar até onde queremos ir - disse.

Segundo Sérgio Canova Júnior, sócio da McKinsey, um dos desafios será a qualificação do capital humano, visto que o RS tem a pirâmide etária mais envelhecida do Brasil e precisará atrair trabalhadores de outros lugares para ampliar a produtividade.

A perspectiva para o crescimento da economia gaúcha a partir da aplicação do plano apontam para um crescimento de até 3% ao ano no **PIB** gaúcho até 2030. Em um cenário conservador, esse índice seria de 2% ao ano. Para efeitos de comparação, nos

últimos cinco anos a média de avanço anual foi de 1%.

Além do plano, o governo criou a Agência de Desenvolvimento do Estado, Invest RS, que será responsável por atrair investimentos e promover comercialmente o Rio Grande do Sul.

- Se conseguirmos associar alguma empresa local a algum novo produto, algum investimento que está sendo feito, ou alcançar algum mercado, seja no Mercosul, no mundo ou em outros Estados brasileiros, para colocar nossos itens na prateleira, isso vai reverter economicamente para o nosso Estado - disse.

A agência vai começar a operar a partir de 2025. Neste momento, os esforços estão concentrados na seleção dos quadros técnicos da empresa, que concentrará profissionais de diferentes áreas e especialidades.

O presidente da Invest RS, Rafael Prikladnicki, afirmou que a agência vai atuar por meio de análise de dados e estruturação de teses e projetos para identificar com maior precisão áreas que podem ser impulsionadas por meio dessa troca de negócios. _

Os segmentos

No estudo para a elaboração do plano, foram mapeados 12 setores estratégicos para alavancar a economia nos próximos anos.

Cadeia agropecuária

Máquinas agrícolas

Fertilizantes

Produtos regionais de nicho

Silvicultura, papel e celulose

Produtos de transição energética

Máquinas, equipamentos e semicondutores

Automotivo e cadeia

Cadeia petroquímica

Turismo

Saúde

Produtos e serviços digitais

Como será a Invest RS

ESTRUTURA A agência funcionará por meio de três áreas. Na parte corporativa, profissionais atuarão na administração da companhia. Já o núcleo de estratégia e inteligência será baseado na coleta e análise de dados, que vão orientar as teses de investimento e de promoção comercial. O terceiro eixo será baseado em equipes que vão executar projetos com base nas pesquisas e estudos da área de dados. Ou seja, colocarem prática ações para desenvolvimento de setores e produtos do Estado.

OPERAÇÃO Com base no trabalho realizado por essas três áreas, a agência vai identificar setores e segmentos econômicos com potencial estratégico de atrair novas empresas de fora. Ao mesmo tempo, vai identificar novos itens e serviços que podem ser inseridos na cadeia produtiva de companhias no país e no mundo. Também serão realizados trabalhos de prospecção de negócios, com participação em feiras, eventos, rodadas de negócios e missões.

PESSOAL A agência vai dar a largada com uma equipe estimada em cerca de 30 pessoas. Serão profissionais de diversas áreas, desde ramos mais burocráticos, como corporativo e RH, até mais técnicos, como economia, jurídico e tecnologia da informação. O processo seletivo conta, até o momento, com o recebimento de 3,5 mil currículos. O presidente Rafael Prikladnicki afirmou que a procura por vagas também tem origem em outros Estados e até fora do país: - Uma coisa muito interessante que aconteceu, muito legal, muito bonita, foi que muitos alunos que moram fora se inscreveram para participar do processo seletivo, querendo retornar e ajudar o Estado nesse momento.

ORÇAMENTO Nesse primeiro momento, o contrato de gestão assinado com o governo do Estado prevê investimento público de R\$ 17 milhões. A maior parte desse recurso será usada para gastos com pessoal. O restante será usado para estruturação de projetos nessa linha de atração de investimento e promoção comercial. A agência também será aberta a recursos privados.

Site: <https://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/gruporbs/?numero=20241031&edicao=30508>

Dólar não para de subir, por quê? - ACERTO DE CONTAS

Giane Guerra com Guilherme Jacques e Guilherme Gonçalves
giane.guerra@rdgaucha.com.br
guillwme.jacques@rdgaucha.com.br
guilherme.goncalves@zerohora.com.br

Durou pouco a alegria da queda do dólar quando o Federal Reserve (Fed, banco central norte-americano) voltou a reduzir a taxa de juro dos Estados Unidos. Quando isso aconteceu, gerou a expectativa de que os investidores levariam seus dólares a outros países em busca de melhor rendimento, permitindo valorização das moedas locais, inclusive do real. O dólar agora sobe com força, puxado por fatores internos e externos do Brasil.

Ontem, fechou em R\$ 5,76. Dos Estados Unidos, há a pressão de indicadores de força econômica que apontam que a pressão inflacionária não está contida, o que corta o ímpeto de redução do juro pelo Fed. Taxa sobe lá, atrai mais dólares, menos moeda fica em outros países, como os emergentes. Entre eles, o Brasil, o que aumenta o dólar aqui, que eleva a **inflação** e exige mais alta do juro Selic pelo nosso Banco Central.

Mesmo resistente a corte de gastos, o governo Lula sabe bem o estrago que faz a **inflação**.

Além disso, cresce a previsão de que Donald Trump vencerá Kamala Harris na eleição à presidência nos Estados Unidos. Trump tem políticas econômicas mais agressivas, que tendem a aumentar a **inflação**. Uma delas é taxar importações, o que deixa os preços mais caros aos norte-americanos, além de enviar menos dólares para outros países. Os EUA são destino importante das exportações brasileiras. Entre os embarques enviados pelo Rio Grande do Sul ao Exterior, só perdem pai" a China.

Já aqui no Brasil, o cenário fiscal não dá folga. Prometidas para logo após as eleições, as medidas de cortes de gastos não saem e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse na terça-feira não haver prazo.

O mercado reagiu de imediato, com alta de câmbio. Irresponsabilidade fiscal espanta investidores (e seus dólares). Haddad tentou amenizar o impacto ontem, dizendo que há convergência com a Casa Civil, mas está cada vez mais difícil acalmar o mercado

financeiro.

Pressão sobre Lula

Alta de preços levou ao impeachment de Dilma Roussef. Se algo vai pressioná-lo a cortar gastos, será isso, já que não tem ingerência quanto ao que ocorre nos Estados Unidos. A análise da coluna é compartilhada pelo economista-chefe da Quantitas Asset, Ivo Chermont.

- Quando se diz que a Faria Lima está pressionando o governo, no fundo, o canal é esse. Claro que o governo "não está nem aí" para o que a Faria Lima pensa, mas quando você começa a ver juros mais altos que impactam a população, dólar mais alto que impacta o preço da carne... E a carne é um preço simbólico. O pobre não vai poder comprar a picanha prometida na campanha de Lula. Essas coisas vão instigando e incentivando o governo a revisar gastos, que é um dos canais para o dólar voltar para um patamar um pouco mais comportado. _

Fim de uma era

Cinco anos após ter sido comprada pelo Grupo Schumann, de SC, a Multisom teve a sua última loja fechada. Especializada em instrumentos musicais, ela ficava na Avenida Alberto Bins, no Centro Histórico. Os letreiros já foram retirados. A marca continuará com venda pela internet, de eletrodomésticos e celulares.

Em 2023, o grupo Schumann fechou de uma só vez 29 lojas da Multisom que tinham sido reformadas. No Centro, foram encerradas duas. Antes disso, a marca já havia deixado shoppings de Porto Alegre. _

Proposta é "súpperraiz"

Rede de supermercados de Santa Catarina, o Bistek está construindo um supermercado em Tramandaí, no Litoral, e outro em Porto Alegre, na Avenida Protásio Alves. O plano é mais do que dobrar o número de lojas no Rio Grande do Sul. Hoje, são cinco unidades e outras cinco serão abertas até 2025 na região metropolitana de Porto Alegre. A ideia é chegar a 12 operações no Estado.

- Há também um projeto em fase final em Novo

Hamburgo e mais três operações que estamos namorando na Capital - contou o diretor da rede Bistek, Walter Ghislandi, ao podcast Nossa Economia, de GZH.

Cada operação da empresa custa de R\$ 50 milhões a R\$ 60 milhões. São supermercados com até 2,5 mil metros quadrados aproximadamente. O Bistek não tem a intenção de entrar no ramo de atacarejos.

- E o nosso jeito de fazer supermercado, que vamos aperfeiçoando com a prática e o dia a dia aí no Rio Grande do Sul. Mas continuamos com a proposta de "supermercado raiz" - continuou o executivo.

A rede tem terreno ainda em São Leopoldo e também vê espaço para abrir em Canoas. No Litoral, Capão de Canoa e Xangri-lá estão no radar.

O faturamento do Bistek será de R\$ 2,5 bilhões em 2024 e a ideia é subir a R\$ 3 bilhões em 2025. O Rio Grande do Sul participa com 17% desta venda, mas a projeção é chegar a 35% no médio prazo e, no futuro, vir metade de Santa Catarina e metade do Rio Grande do Sul. Possivelmente, isso exigirá um centro de distribuição em território gaúcho. _

PLANO QUE NÃO AVANÇOU Criada em 1988, a Multisom foi vendida à Schumaim com faturamento anual de R\$ 400 milhões, mas já tinha dificuldades. O dono era Francisco Noveletto, ex-presidente da Federação Gaúcha de Futebol (FGF). Na ocasião, ainda antes da pandemia, o representante da Multisom, Márcio Carpena, disse que a intenção era manter os 800 funcionários das 83 lojas.

Site: <https://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/gruporbs/?numero=20241031&edicao=30508>

Caminhos para o desenvolvimento (Editorial)

Chegou a hora de a sociedade gaúcha, em sua totalidade, perceber que o Rio Grande do Sul está diante de uma encruzilhada. E o futuro que está em jogo. Um dos caminhos passa por vencer o imobilismo para encarar gargalos crônicos e compreender a dimensão dos desafios postos pela demografia e pela instabilidade do clima. Por esta trilha, é possível endereçar medidas que levem à retomada sustentada do progresso, recolocando o Estado em uma posição nacional de protagonismo. A outra alternativa é a via da omissão. Essa condena à estagnação socioeconômica e à perda de relevância na comparação com outras unidades da federação.

Consciente do caráter decisivo do momento, o Palácio Piratini apresentou ontem o Plano de Desenvolvimento Econômico, Inclusivo e Sustentável. A iniciativa tem como meta, em um cenário otimista, multiplicar por três a taxa média de crescimento do **PIB** até 2030. Sabe-se que, ao longo das últimas décadas, nunca faltaram alertas e diagnósticos sobre os problemas do Rio Grande do Sul. Compreende-se também certo ceticismo com iniciativas governamentais voltadas a potencializar o crescimento pelo histórico de resultados abaixo do prometido. A questão é que, se verdadeiramente a opção for pelo caminho de enfrentar os obstáculos estruturais, a hora é agora. O custo da procrastinação será muito maior.

E improtelável dar início a ações para evitar que o envelhecimento da população e a queda do número de habitantes, prevista pelo IBGE para iniciar em 2027 no Rio Grande do Sul, façam a economia perder dinamismo. Apostas na educação, no aumento da produtividade, na retenção e na atração de capital humano são providências urgentes. Outro aspecto crucial é fazer com que o Estado deixe de ter tanta variação brusca do **PIB** em função do clima, como mostram os impactos das seguidas estiagens que arrasam as lavouras. E preciso combatê-las, mas também tornar a matriz econômica mais diversificada, sintonizada com a transição energética e tecnologicamente mais complexa.

Os passos do plano, elaborado a partir de um estudo da consultoria McKinsey, mas também com a colaboração de especialistas locais, lideranças e entidades empresariais, estão explicados na página 7 da edição de hoje de Zero Hora. Ele pressupõe o incentivo a 12 grupos de segmentos com potencial de

alavancar a economia gaúcha, sustentado por pilares como capital humano, ambiente de negócios, inovação, infraestrutura e recursos naturais. Associado a essa iniciativa está o lançamento da Invest RS, agência que terá a missão de captar investimentos e promover o Rio Grande do Sul.

Não será um plano enviado à Assembleia para ter a força de lei e tornar-se política de Estado. Mas foi construído a partir de bases consistentes e tem lógica. Merece ser apoiado, por seus méritos e pelo fato de o Rio Grande do Sul estai" em uma corrida contra o tempo na preparação para os desafios das décadas seguintes. Se seus primeiros movimentos forem promissores e resultados aparecerem até o fim de 2026, haverá de continuar a ser seguido nos próximos governos. Está em questão qual Estado será legado para as gerações vindouras. _

Site: <https://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/gruporbs/?numero=20241031&edicao=30508>

Leia antes de assinar o financiamento imobiliário

GUILHERME JACQUES
guilherme.jacques@zerohora.com.br

Juro alto e expectativa de elevação, escassez de recursos para crédito imobiliário e aumento do preço do aluguel. A pressão sobre quem planeja tornar real o sonho da casa própria vem de todos os lados. Diante dela, o que fazer? Comprar ou adiar? Financiamento ou consórcio? Algumas variáveis podem descomplicar a decisão.

Comece avaliando sua situação atual. Mora de aluguel? Em Porto Alegre, nos últimos 12 meses, o preço médio do aluguel disparou 25,5%, segundo o índice FipeZap. Em locais atingidos pela enchente, o salto é ainda maior. Isso pesa no orçamento e na escolha.

Exceto no caso de pagamento à vista, comprar imóvel é, normalmente, um compromisso de longuíssimo prazo. É essencial projetar a capacidade de arcar com todas as parcelas. Até há opções no meio do caminho, como pedir uma pausa nas prestações, mas isso tem custo. Fazer a portabilidade de contrato para outra instituição financeira pode reduzir a parcela, mas não faz milagre.

Se a decisão de comprar está tomada, é hora de escolher entre consórcio ou financiamento. Com a alta de juro, o consórcio parece atrativo, pois seu custo é uma taxa de administração fixa. A parcela é corrigida pela **inflação**, assim como o valor da carta de crédito antes de ser contemplada. Então, se o índice de preços estabelecido no contrato disparar, o reajuste também será alto. Se a sua renda não acompanhar a **inflação**, a parcela abocanhará mais do orçamento familiar.

- Para quem paga aluguel, optar pelo consórcio significa acumular duas despesas mensais até ser contemplado e comprar o imóvel próprio - diz o diretor de crédito imobiliário da Loft, Talles Dantas.

Taxa Já no caso do financiamento, o principal cuidado é com a taxa de juros. Aqui, um alerta: não confunda a Selic, a taxa base da economia brasileira, com a praticada nos empréstimos.

A taxa do crédito imobiliário, claro, tem a Selic como referência, mas não só. Outros fatores influenciam:

demanda de mercado, relacionamento com o banco e mesmo a taxa de inadimplência atual, que é o risco que a instituição insere no custo da operação.

Atualmente, por exemplo, há restrição de funding (o dinheiro disponível para emprestar) na Caixa Econômica Federal, que detém 68% do mercado. Os recursos usados por ela são em maioria do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e da caderneta de poupança, ambos com mais saques do que depósitos.

- Isso exige que bancos busquem outras fontes de financiamento, o que encarece o crédito - diz o diretor-executivo da Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (Abecip), Filipe Pontual.

Com isso, os bancos passaram a avaliar mais o score do comprador (a pontuação do candidato, que define se ele é bom pagador), observa a coordenadora de crédito imobiliário da plataforma Melhortaxa, Priscilla Basso.

- Muitos clientes pensam "ah, eu pago o cartão em dia". Paga em dia, mas gasta todo o limite? Relacionamento com banco não é ter vários cartões, é ter saúde financeira - aponta, citando que cheque especial e empréstimos também impactam.

Atente-se ainda aos regimes de progressão das parcelas. No SAC (ou sistema de amortização constante), a prestação começa mais alta e diminui com o tempo; no Price, as parcelas são fixas, mas o montante de juro fica maior.

Ter bom relacionamento não chega a baixar a taxa de juro, mas pode trazer facilidades, afirma a diretora de Assuntos Habitacionais do Sindicato dos Corretores de Imóveis do Rio Grande do Sul (Sindimoveis-RS), Simone Carvalho. Costumam ser dados descontos no seguro, por exemplo, que é de praxe comprado junto para cobrir danos ao imóvel e morte ou invalidez do comprador.

- Muitas vezes, o cliente escolhe o juro um pouco menor, mas com o seguro não tem diferença - detalha.

-

Conquista da casa própria

Trabalhando em Santa Cruz do Sul e morando em Rio Pai"do, Evandro Barbosa, 37 anos, viajava 60 quilômetros todos os dias para ir e vir do emprego em uma indústria de fumo. O sacrifício diário o levou a optar por outro esforço: o de economizai".

- Comecei a aprender sobre investimentos há quatro anos e decidi comprar uma casa em Santa Cruz há dois. Juntei R\$ 50 mil para a entrada -conta, citando que colocou as economias em produtos de renda fixa (o assunto de nossa próxima reportagem, inclusive).

Com o valor em mãos, escolheu uma casa a 10 minutos do trabalho, buscou a imobiliária e deu início à papelada para financiar. Foram 92 dias até assinar o contrato. Trabalhoso, mas recompensador: - Fiz um bom negócio, consegui um preço em conta. Vou pagar em 330 vezes, pela tabela Price, mas estou totalmente focado a diminuir esse tempo. Então, tenho economizado mais para adiantar as parcelas.

PARA UMA BOA COMPRA

Avalie sempre o chamado CET (custo efetivo total) do financiamento, pois ele soma todos os custos, como taxas, indexadores e seguro.

Simule seu financiamento nas duas tabelas, Price e SAC, para decidir.

Fique atento aos gastos extras, como documentações e **impostos**.

Se tiver problemas para pagar as parcelas do financiamento, busque o banco para negociar.

Embora tenha um custo, a pausa no pagamento é melhor do que a inadimplência.

Verifique periodicamente condições melhores em outros bancos para uma possível portabilidade, mas cuide para não trocar seis por meia dúzia.

A portabilidade só vale a pena após amortizar uma parte da dívida, em geral após dois ou três anos do início do pagamento.

Considere também que precisará passar por uma nova análise de crédito.

Site: <https://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/gruporbs/?numero=20241031&edicao=30508>

Hora de aprender a investir

GUILHERME JACQUES

guilherme.jacques@rdgaucha.com.br

Uma conversa sincera sobre investimentos exige verdades incômodas, mas necessárias. A número 1 é: investimento não faz milagre, portanto esqueça a ideia de aplicar hoje e multiplicar amanhã. Saiba também que uma promessa de rendimento altíssimo sem nenhum risco é cilada. E o mais importante: investir exige vontade de aprender sobre um mundo realmente complexo. Se você não desistiu da leitura, a parte boa: é possível cuidar do seu dinheiro e ter bons resultados.

Comece brincando de Sócrates e conhecendo a si mesmo. Seu perfil de investidor pode ser conservador, moderado ou arrojado. Bancos, corretoras e a própria internet oferecem testes para descobrir. Aliás, você precisa respondê-los periodicamente.

O conservador se arrisca menos e escolherá uma rentabilidade previsível. Já o arrojado pode optar por menos garantias. No centro, claro, o moderado. Independentemente do perfil, uma dica valiosa é diversificar.

- Assim não precisamos nos preocupar tanto com o mercado. Evita de ficar resgatando, pagando imposto e começando de novo para se adequar aos cenários - diz a planejadora financeira certificada pela Associação Brasileira de Planejamento Financeiro (Planejar) Nayra Sombra.

Vale diversificar tipos de investimento e instituições onde os fará. Isso equilibra a rentabilidade em cenários diferentes, como de alta da Selic, favoráveis às aplicações conservadoras (da renda fixa), ou de juro baixo, melhores para os ativos arrojados (de renda variável).

Onda Os mais antenados pegaram a deixa: com a Selic em 10,75% e apontando para cima, a onda agora é dos investimentos de renda fixa, de curto ou longo prazo. Eis outro ponto importante: ter objetivo claro. Se for menos tempo, melhor buscar um isento de Imposto de Renda (IR). Por mais, pode esperar o prazo para uma alíquota menor.

Considere opções indexadas ao CDI - taxa que costuma ficar 0,1 ou 0,2 ponto percentual abaixo da Selic. Aceite as que rendem, no mínimo, 100% do CDI. Quanto mais longo o prazo mínimo, maior o retorno.

Para reserva de emergência ou sacar em curto prazo, vá em investimentos com liquidez diária, ou seja, que rendem dia a dia, sem risco de grande prejuízo no caso de um saque não previsto.

- Todos os bancos têm CDB com liquidez diária a 100% do CDI. Tem também LCA ou LCI, que pagam menos, mas são isentas de IR - afirma o analista de renda fixa da AMW, gestora de investimentos da Warren, Lucas Pereira.

Ele cita ainda o Tesouro Selic e os fundos de renda fixa simples, compostos por diferentes opções de CDBs, LCAs e LCIs, por exemplo. São menos arriscados do que fundos com crédito privado - que comprem dívida de empresas e, portanto, têm maior risco.

Tem a poupança, a queridinha dos brasileiros. A popularidade, porém, não se reflete em rentabilidade, perto de 7% ao ano, bem abaixo da Selic. Não à toa, nem é chamada de investimento.

Projetos Se você é o orgulho dos planejadores financeiros e já tem reserva de emergência, pode pensar no médio prazo, vislumbrando uma troca de carro ou uma viagem especial, por exemplo. Para isso, outras opções são mais indicadas, afinal não precisará de liquidez diária.

Há CDBs, LCIs e LCAs com vencimentos mais longos e melhor remuneração. Aqui, é hora de avaliar outro ponto: taxa pós-fixada ou prefixada? A primeira é mais indicada numa perspectiva de alta do juro, enquanto a segunda é para um cenário de queda - que, diga-se, é mais difícil de prever, portanto seja parcimonioso.

Outra indicação são os títulos do Tesouro Direto IPCA+, que pagam a **inflação** - garantem o poder de compra do dinheiro - mais uma taxa de juro - que anda ótima, acima de 6% em todas as opções. E um "empréstimo" ao governo federal, portanto, seguro. Mas atenção: o valor deve ficar aplicado até o vencimento para garantir esta rentabilidade. Se resgatar antes, venderá pelo que o mercado está pagando, o que pode dar prejuízo.

Já se o plano é proteger seus reais em relação ao dólar, há os fundos cambiais. Neste caso, o foco não é necessariamente rendimento. A ideia é essa: se você precisa de US\$ 20 mil para uma viagem à Disney daqui a dois anos e coloca o equivalente em reais nesta aplicação, ela garantirá este montante no final

do prazo.

- Só não recomendo esse investimento para especulação, apostando em uma alta do dólar, porque o mercado de câmbio é muito volátil - adverte o sócio da Quantitas Asset e gestor de fundos multimercado, Rogério Braga.

Previdência Aos que miram 10 anos ou mais, a opção mais conhecida, talvez, é a previdência privada. A orientação básica é não resgatar o dinheiro antes do prazo.

- Há uma gama ampla deste produto. O cliente deve avaliar quem é o gestor, quais taxas cobradas, o histórico de rentabilidade e a tabela de progressão. E bom buscar um profissional - aponta Braga.

Mas não precisa ser propriamente em um plano de previdência privada. Ou só ele. A planejadora financeira Nayra Sombra volta a lembrar dos títulos IPCA+ e levanta a possibilidade de correr um pouco de risco se estiver confortável: - Pode começar em um fundo multimercado (mistura renda fixa e variável), com um gestor que escolhe os papéis e acompanha o mercado. Depois, montar uma carteira de ações.

No caso das ações, comece por empresas sólidas, boas pagadoras de dividendos (lucro dos acionistas). Exemplos: bancos, empresas de energia elétrica e de infraestrutura, que estejam há tempo na bolsa de valores e têm risco menor.

Um futuro planejado

Aos 45 anos, o cirurgião-dentista Renato Schroder planeja desacelerar a rotina atribulada. Não agora. Ele não deixará o consultório que mantém em Porto Alegre. E um projeto de longo prazo. Para isso, trata seus investimentos como parte de um futuro planejado.

- Sou um conservador moderado, um profissional liberal que pensa em uma complementação previdenciária. Descobri estudando e, claro, cometendo alguns equívocos - conta, lembrando que mergulhou no universo dos investimentos há 14 anos e já errou antes de acertar.

O estudo ajudou Schroder a organizar investimentos, separar as finanças dele das do consultório, trabalhar em reservas de emergência para ambos e descobrir os riscos que gostaria de tomar.

- Aprendi, por exemplo, que investir na bolsa não é um cassino, basta ter cuidado. Faço essa complementação previdenciária também em ações. Em vez de comprar plano de previdência no Banrisul e

no Banco do Brasil, tenho ações de ambos - diz.

O projeto de futuro de Schroder é para ele e a filha, de 11 anos.

- Tento oferecer educação financeira e montei uma carteira de investimentos com ações para ela gerir quando completar 18 anos. O engraçado é que, às vezes, a dela vai melhor do que a minha - diverte-se.

Site: <https://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/gruporbs/?numero=20241031&edicao=30508>

"Só se o governo me demitir abono muda"

BRASÍLIA

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, afirmou ontem que não foi consultado por nenhum integrante do governo sobre eventuais cortes ou mudanças no seguro-desemprego e no abono salarial.

"Para mim, esse debate não existe. O ministro do Trabalho não foi procurado por ninguém para discutir corte de benefício aos trabalhadores", respondeu em entrevista coletiva ontem para comentar os dados do Caged de setembro. Minutos depois, mais uma vez

questionado sobre o tema, Marinho respondeu, irritado, que não foi procurado sobre cortes de gastos em benefícios vinculados ao Ministério do Trabalho.

"Não me consta que nenhum ministro de Estado tenha discutido esse assunto. Se ninguém conversou comigo, não existe. Eu sou responsável pelo trabalho e emprego. A não ser que o governo me demita", falou o ministro: "Seguro-desemprego não é gasto."

Marinho afirmou que uma eventual decisão do governo sobre cortes ou mudanças em políticas vinculadas à sua pasta, sem sua participação, seria uma "agressão".

Ele também foi questionado sobre se pediria demissão caso alguma discussão prosperasse nesse sentido: "Se eu for agredido, é possível. Nunca fui", respondeu.

Técnicos da equipe econômica do governo Lula realizam estudos sobre mudanças em benefícios vinculados ao Ministério do Trabalho, como seguro-desemprego e abono salarial.

"Se tem técnicos estudando para depois sugerir ao chefe (ministro), deveria ter mais cautela antes de defender na imprensa. Não tem debate de cortar abono, seguro-desemprego ou acabar com a multa do fundo de garantia", repetiu.

Um pouco depois, afirmou não querer desestimular técnicos a fazerem estudos. "Pelo contrário, só não divulguem antes que ele seja homologado", respondeu.

Segundo ele, mudanças nesses programas não resolvem o problema do déficit público no País: "Só se alguém que não entende nada vai achar que isso vai resolver."

Indagado se o Brasil precisa cortar despesas. Marinho respondeu que o País precisa "cortar juros" para crescer. Ele voltou a dizer que o Banco Central precisa alterar sua política de combate à inflação. "Quem reclama disso (juros) não sou eu somente, são os empresários."

MARINHO demonstrou irritação e disse que, em vez de reduzir gastos, o País precisa "cortar juros" para crescer

Força Sindical parabeniza

O presidente da Força Sindical, Miguel Torres, parabenizou o ministro Luiz Marinho (Trabalho e Emprego) por ter se posicionado contra mudanças no seguro-desemprego estudadas pela equipe econômica como forma de cortar gastos.

"Parabenizamos o ministro do Emprego e Trabalho, Luiz Marinho, pela coragem de se posicionar em defesa do seguro-desemprego, do abono salarial e da multa de 40% por demissão sem justa causa dos trabalhadores (as)."

Na nota, Torres diz esperar que o Ministério da Fazenda também se posicione sobre o tema.

"O governo Lula, como temos enfatizado, não pode mexer em conquistas importantes para a classe trabalhadora e, neste sentido, precisa chamar as centrais sindicais para dialogar e deixar bem claro que estes direitos estarão garantidos", frisou a central sindical.

A Força também defende a permanência de Marinho no cargo e diz que isso é fundamental.

"Depois da destruição do Ministério do Trabalho e Emprego por parte do governo passado, o ministro Marinho e sua equipe têm trabalho muito pelo fortalecimento da pasta para garantir o trabalho decente no Brasil."

Haddad reclama de "forçaço" sobre gastos

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que "está uma forçaço boba" em relação às medidas de corte de gasto que serão anunciadas pela pasta. A declaração foi após o ministro palestrar na noite de ontem em evento promovido pelo IDP, em Brasília.

Ao fim do evento, jornalistas pediram que o ministro

que falasse sobre a importância das medidas de corte de gastos que serão anunciadas pela equipe econômica. Ele respondeu que "está uma forçação boba. Não é assim que funciona".

Na terça, Haddad afirmou que não havia uma data para envio das medidas de corte de gastos e que não se tratava de um pacote. As declarações fizeram o dólar disparar, batendo novo recorde.

Ontem pela manhã, o ministro mudou o discurso e disse que já houve um alinhamento com a Casa Civil a respeito das medidas e disse que o conjunto vai endereçar a sustentabilidade do arcabouço fiscal no longo prazo.

Apesar da declaração para tentar controlar as expectativas, o ministro não confirmou quais serão as medidas, nem quando serão apresentadas. Ele apenas disse que a tendência é ser encaminhado por meio de uma proposta de emenda constitucional (PEC). Essa PEC, contudo, segundo o jornal Valor, ainda não está redigida.

Já o ministro da Casa Civil, Rui Costa, disse ontem que o presidente Lula (PT) fará os ajustes necessários para cumprir o arcabouço fiscal, "enquadrando as despesas dentro das regras da meta fiscal".

Após ter chegado a bater os R\$ 5,79, o dólar fechou em leve alta de 0,04%, a R\$ 5,7634. A moeda diminuiu o avanço registrado durante a manhã. Após as falas de Rui Costa e Haddad, os juros futuros também reduziram suas taxas ao longo de toda a curva.

HADDAD disse que há "forçação boba" após afirmar que uma PEC será enviada para reduzir os gastos do governo. Dólar parou de subir após a fala

IGP-M registra maior acumulado desde 2022

Rio - O Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M) acelerou 1,52% no mês de outubro, um aumento maior do que o registrado no mês anterior, quando a evolução mensal era de 0,62%.

Com isso, o acumulado do ano chega a 4,20%, enquanto o dos últimos 12 meses alcança uma variação positiva de 5,59%, a maior desde novembro de 2022, ocasião em que o acumulado chegou a 5,90%.

Na prática, o IGP-M é um dos principais índices utilizados para calcular o reajuste de aluguéis e de tarifas públicas como energia e telefonia. Ele engloba diferentes etapas do processo produtivo e é calculado a partir da média ponderada dos índices de inflação IPA, IPC e INCC. O primeiro é referente ao produtor, o segundo é relativo ao consumidor e o terceiro está ligado à construção civil.

Segundo informou o economista do FGV IBRE Matheus Dias, o aumento está relacionado com os desastres climáticos e com a alta demanda global por commodities. "No IPA, os maiores impactos foram registrados nos preços de bovinos, carne bovina e minério de ferro, que apresentaram aumento expressivo no volume exportado.

No Índice de Preços ao Consumidor, a maior contribuição veio da adoção da bandeira tarifária vermelha patamar 2", acrescentou o especialista. Com relação à construção civil, ele atribui o aumento à expressiva elevação nos preços de materiais, equipamentos e serviços.

Site:

<https://digital2.correiodopovo.com.br/pub/correiodopovo/?edicao=11252>

Selic a 11,25% ao ano deve atrair mais investidor para renda fixa, avalia especialista do Sicoob

Na semana que vem o Comitê de Política Monetária (Copom) reúne-se pela penúltima vez no ano e o mercado acredita que a Taxa Selic, a taxa básica de juros da economia, aumente mais 0.5 ponto percentual, indo a 11,25% ao ano. Para a gerente de captação do Sicoob Credigerais, Aline Lara, este cenário abre novas perspectivas para quem busca modalidades de investimentos mais conservadores, como a renda fixa.

Segundo ela, investidores que buscam preservar o capital e garantir a rentabilidade de seus recursos têm encontrado nessa modalidade um caminho favorável, com a projeção de retornos mais rentáveis e seguros. "Esse tipo de investimento é mais seguro para aqueles que buscam equilibrar retorno de investimento e risco em tempos de alta nos juros".

O Sicoob é uma cooperativa financeira com atuação no norte e noroeste de Minas Gerais e municípios da Bahia e Goiás.

"No Brasil, mais de 70% da população se identifica como investidores conservadores. No entanto, observamos que até mesmo os moderados, que geralmente destinam pelo menos 20% dos recursos à renda variável, estão escolhendo a renda fixa", analisa Aline.

A Selic influencia todas as taxas de juros de empréstimos, financiamentos e aplicações financeiras. Tem papel importante no controle da **inflação**. Quando é alta, as taxas de empréstimo também sobem, o que leva as pessoas a evitarem empréstimos bancários e a reduzirem o consumo.

Site:

<https://digital.hojeemdia.com.br/produto/hed/edicao/12705/ccc54eb2dd097dbb95b2b0df939c4b7053f2f4730b8483793935f1215b77ccda.pdf>

Nova Política Industrial vai receber R\$ 63 bilhões da Caixa

Estevão Taiar e Renan Truffi De Brasília

A Caixa Econômica Federal direcionará R\$ 63 bilhões para a Nova Indústria Brasil (NIB), política industrial lançada pelo governo federal no início deste ano.

Com isso, os recursos voltados para o conjunto de medidas alcançarão R\$ 405,7 bilhões. As informações foram divulgadas ontem pela Presidência da República.

A maior parte dos R\$ 405,7 bilhões será desembolsada por meio de empréstimos, principalmente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e que estão previstos para serem realizados até 2026. Parte da quantia foi distribuída ainda no ano passado, antes do lançamento oficial da NIB.

"A Caixa anuncia um aporte importantíssimo para fortalecer o crédito à indústria", disse o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, em evento no Planalto para anunciar a ampliação da NIB.

O evento teve também entre seus objetivos apresentar as metas para uma das seis áreas da NIB, a de mobilidade verde e cidades sustentáveis.

As metas são "aspiracionais", segundo o governo federal, e seu descumprimento não leva a nenhum tipo de punição.

Um dos objetivos é que até 2026 e 2033, respectivamente, 3% e 33%, dos veículos elétricos brasileiros tenham baterias nacionais.

Além disso, a ideia é que para os mesmos anos 500 mil e 1,4 milhão das novas moradias do Minha Casa Minha Vida (MCMV) tenham painéis solares.

Em entrevista coletiva após o evento, o ministro das Cidades, Jader Filho, afirmou que pedirá ao Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) a manutenção, no ano que vem, dos cerca de R\$ 130 bilhões de recursos voltados neste momento para o MCMV.

Já o presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), Renato Correia, disse em discurso

que a queda do estoque da caderneta de poupança e a "drenagem" dos recursos do **FGTS**, por meio do **saque-aniversário**, poderão levar ao "encarecimento do crédito". Por sua vez, o presidente da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib), Venilton Tadini, destacou positivamente o impacto de medidas como o programa EcolInvest, lançado pelo Ministério da Fazenda, e as debêntures de infraestrutura sobre os investimentos.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188029?page=2§ion=1>